



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº / 2016

Autoriza o Município a anuir com as ações a serem implementadas no Parque Natural Municipal do Trabiçu, conforme Planos de Trabalhos aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 50/2016

Autor: PREFEITO MUNICIPAL

Ementa: AUTORIZA O MUNICÍPIO A ANUIR COM AS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO TRABIJU, CONFORME PLANOS DE TRABALHOS APROVADOS PELA CÂMARA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL.

PROTOCOLO GERAL Nº 1198/2016

Data: 30/05/2016 - Horário: 09:11



Dr. Vito Ardito Lerário, Prefeito Municipal de Pindamonhangaba, faz saber que a Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba aprova e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a anuir com a implantação das ações previstas nos Planos de Trabalhos aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental do Estado de São Paulo, para o Parque Natural Municipal do Trabiçu:

I - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

II - PLANO DE RECUPERAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE TRILHAS DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO TRABIJU

III- SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO POR CÂMERAS NO PARQUE DO TRABIJU

IV- REFORMA E INFRAESTRUTURA DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO TRABIJU

Parágrafo único. As ações serão objeto da aplicação dos recursos oriundos da compensação ambiental pela empresa RIO VERMELHO AÇÚCAR E ÁLCOOL objeto do Processo SMA nº 3827/2009, aprovada na 78ª reunião da Câmara de Compensação Ambiental do Estado de São Paulo.

Art. 3º Caberá a RIO VERMELHO AÇÚCAR E ÁLCOOL implementar as ações previstas nos planos de trabalhos elencados no art. 1º desta Lei e a adequada aplicação dos recursos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

³
Art. 4º Caberá ao Município, como gestor da Unidade de Conservação, anuir com a execução das ações, acompanhar a implementação dos Planos de Trabalhos e comunicar o cumprimento à Câmara de Compensação Ambiental do Estado de São Paulo.

Parágrafo. Poderá o Município atuar como interveniente / anuente nos contratos celebrados pela empresa Rio Vermelho Açúcar e Álcool destinados à execução dos planos de trabalhos previstos.

⁴
Art. 5º Caberá à Secretaria de Governo e Integração, por meio do Departamentos de Licenciamento Ambiental e de Meio Ambiente, o acompanhamento das ações, que deverão obedecer ao disposto no Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Trabiju, sendo encaminhado, no que couber, à deliberação do Conselho Gestor do Parque Natural Municipal do Trabiju.

⁵
Art. 6º Fica, ainda, autorizado o uso do Parque Natural Municipal do Trabiju pelo prazo necessário a execução das ações de acordo com os planos de trabalhos aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental do Estado de São Paulo.

⁶
Art. 7º O instrumento que formalizará o termo de compromisso conterà as cláusulas e obrigações entre o Município e a empresa Rio Vermelho Açúcar e Álcool.

⁷
Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pindamonhangaba, 17 de maio de 2016.


Vito Ardito Lerário
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 032/ 2016

Autoriza o Município a anuir com as ações a serem implementadas no Parque Natural Municipal do Trabiju, conforme Planos de Trabalhos aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental.

**Exmo. Sr.
Vereador
Presidente da Câmara de Vereadores de
Pindamonhangaba/SP.**

Senhor Presidente,

Encaminhamos a essa Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei que **autoriza o Município a anuir com as ações a serem implementadas no Parque Natural Municipal do Trabiju, conforme Planos de Trabalhos aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental do Estado de São Paulo.**

Visa o presente projeto a celebração de termo de compromisso e anuência para a utilização do Parque Natural Municipal do Trabiju visando às ações previstas nos Planos de Trabalhos aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental do Estado de São Paulo na 78ª Reunião, em 1º de março de 2016, para utilização de recursos de compensação pelo Empreendimento Rio Vermelho Açúcar e Álcool (Processo SMA 3827/2009).

Os planos de trabalhos apresentados pelo Município e aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental do Estado de São Paulo, conforme ATA da citada reunião, cópia anexa, são:

- Regularização Fundiária - R\$ 54.000,00
- Plano de Recuperação e Utilização de Trilhas do Parque Natural Municipal do Trabiju - R\$ 59.779,06
- Sistema de Fiscalização e Monitoramento por Câmeras no Parque do Trabiju - R\$ 498.858,40
- Reforma e Infraestrutura do Parque Natural Municipal do Trabiju – R\$ 610.691,70

Os recursos de compensação ambiental decorrem de parte da compensação ambiental apurada os autos do licenciamento referente à ampliação da Unidade Junqueiropolis, e depositadas em conta poupança do empreendedor para utilização em atividades deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental do Estado de São Paulo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

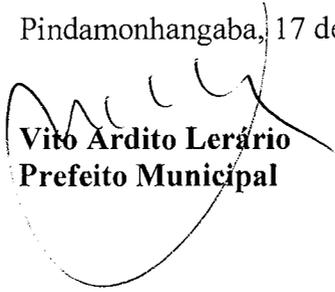
Caberá a empresa Rio Vermelho Açúcar e Álcool a execução das ações previstas nos citados planos, os quais seguem acostados, utilizando-se dos recursos da compensação ambiental.

Caberá ao Município anuir com a execução das ações previstas nos planos de trabalhos, acompanhar, fiscalizar e comunicar o seu cumprimento à Câmara de Compensação Ambiental do Estado de São Paulo bem como configurar como interveniente / anuente nos contratos celebrados pela referida empresa para a execução das ações previstas.

Portanto, Senhores Vereadores, por se tratar de matéria de extrema importância, é fundamental a aprovação do presente projeto, e para isso invocamos o Art. 44 da Lei Orgânica Municipal, para que se vote em caráter de urgência, no menor prazo possível.

No ensejo, reiteramos a V. Exa. os protestos de elevada estima e consideração, homenagem que peço seja extensiva a todos os Nobres Vereadores, que integram essa Casa de Leis.

Pindamonhangaba, 17 de maio de 2016.


Vito Ardito Lerário
Prefeito Municipal

CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

78ª Reunião

Data: 01 de março de 2016

Lista de Presença

Membros da Câmara de Compensação Ambiental

Composição	Nome	Presença
Secretária Adjunta SMA	Cristina Azevedo	P
Representante SMA	Beatriz Machado Garziera	Ausência justificada
Representante SMA	José Pedro de Oliveira Costa	P
Representante SMA	Aline Pacheco Pelucio	P
Representante Cetesb	Iracy Xavier da Silva	P
Representante Consema	Rubens Beçak	Ausência justificada
Representante Sociedade Civil	Ana Luisa Mancini da Riva	Ausência justificada
Representante Sociedade Civil	Ricardo Ribeiro Rodrigues	P

Secretaria Executiva da Câmara de Compensação Ambiental

Composição	Nome	Presença
Secretário Executivo CCA	Alexandre Uehara	P
Oficial Administrativo	Egle Corabi	P

Participantes da Reunião

Instituição	Nome
Instituto Florestal	Edgar de Luca
Instituto Florestal	Giselda Durigan
Instituto Florestal	Osmar Vilas Bôas
Instituto Florestal	Denise Zanchetta
Instituto Florestal	Rodrigo R. Castanho
Fundação Florestal	José Toledo Marques
Instituto de Botânica	Luiz Mauro Barbosa
Instituto de Botânica	José Paulo Ganzeli
Instituto de Botânica	Valéria Augusta Garcia
ICMBio	Letícia O. Brandão
Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba	Maria Eduarda S. Martin
Procuradoria Geral do Estado -PGE	Rodrigo Ribeiro

RESUMO DA REUNIÃO

1. APROVAÇÃO DA ATA DA 77ª REUNIÃO

Ata da 77ª Reunião aprovada.

1.2. APROVAÇÃO DA PAUTA

1.2.1. Solicitação de inclusão de pauta:

a. Plano de trabalho para Projeto Executivo de Reconstrução da Estrutura de Pesquisa da EE Assis, a ser analisado no item 4.7;

b. Datas das próximas reuniões da CCA (agenda) no item 6.

1.2.2. Solicitação de exclusão de pauta:

a. Item 3.2, consulta da Fundação Florestal da possibilidade de devolução de recursos repassados;

b. Item 4.6, Plano de trabalho para Implantação do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais em UCs do Instituto Florestal.

2. INFORMES

2.1. Informe sobre a publicação da Resolução SMA nº 25/2016, que altera a composição da Câmara de Compensação Ambiental.

Informa-se da saída da Dr^a. Elci Camargo e da entrada da Dr^a. Ana Luisa Mancini de Riva (Instituto SEMEIA) como membro representante da sociedade civil na Câmara de Compensação Ambiental.

2.2. Informe sobre a Reunião de integração com as Câmaras de Compensação Ambientais dos Estados de MG, PR, PE, RJ, e do DF, a se realizar no dia 9/3.

Informe sobre o 1º Encontro entre Câmaras Estaduais, Federais e Municipais, para troca de experiências visando dar maior eficiência à execução da compensação ambiental, a se realizar das 10 às 16h do dia 9/3 na sala do Consema.

2.3. Informe sobre a Implantação do Sistema de Combate a Incêndios Florestais em UCs da Fundação Florestal.

A Fundação Florestal apresentou o resumo da execução do Plano de Trabalho de Implantação do Sistema de Combate a Incêndios Florestais em UCs:

Para a aquisição de veículos e caminhões, foi feita solicitação de mudança de classificação orçamentária na Secretaria do Planejamento e após seguirá para o Comitê Gestor para aprovação da aquisição dos veículos. Os tratores já foram entregues em Dezembro/2015.

Para o item Aquisição de equipamentos, foi informado que os mesmos foram adquiridos, com exceção de 3 itens, para os quais está sendo providenciada nova licitação.

Na parte de Serviços, a Fundação Florestal informou que constatou a inviabilidade de contratação de brigadistas temporários por CLT, dado o prazo estipulado pela Secretaria de Planejamento ser de 2018. Paralelamente está sendo feito um edital para contratação de brigadistas profissionais.

Para contratação de serviço de abertura de aceiros, houve fracasso na licitação, e está sendo feito novo edital.

Para contratação de horas de vôo, a fim de melhorar o custo de contratação, a Fundação irá participar de ata de preço que está sendo elaborada pela Casa Militar.

Reforma das torres: o 1º conjunto está em licitação, e o 2º conjunto já está contratado.

Está sendo revisto o edital para Rádio Comunicação a fim de atender à nova regulamentação da ANATEL.

A CCA recomendou à Fundação Florestal que consiga priorizar a licitação de horas máquina para abertura de aceiros, considerando o tempo decorrido, a aproximação da estação seca e a importância do serviço.

2.4. Informe sobre a destinação de recursos do Fundo Especial de Despesa para Preservação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais – FPBRN, em cumprimento às deliberações da 77ª Reunião.

2.4.1. Metro Linha 6 - Laranja – Proc. Impacto 116/2010
Valor da Compensação Ambiental destinado: R\$ 3.131.846,00
Projeto de Restauração Florestal do PE Rio do Peixe
Depositado no FPBRN desde 06/10/2014
Valor transferido à Fundação Florestal em 23/02/2016
A FF informou que o edital será publicado no dia 07/03/2016.

2.4.2. Metro Linha 6 - Laranja – Proc SMA 013/2012
Valor da Compensação Ambiental destinado: R\$ 655.497,58
Estudos para Criação de UC no entorno das Represas Guarapiranga e Billings
Depositado no FPBRN desde 06/10/2014
Valor transferido à Fundação Florestal em 19/02/2016
A FF informou que o ITESP já está realizando os estudos.

3. EXPEDIENTE PRELIMINAR

3.1. Solicitação do Instituto de Botânica para a atualização do valor do Plano de Trabalho do Plano Diretor para Reformas Prediais do Instituto de Botânica – PE Fontes do Ipiranga, aprovado anteriormente na Reunião 70ª da CCA de 05/12/2014, bem como a solicitação de destinação de recursos:

- Valor do plano de trabalho aprovado na 70ª Reunião CCA: **R\$ 785.950,42**
- Solicitação de atualização conforme nova proposta CPOS: **R\$ 918.035,68**

DELIBERAÇÃO: A CCA deliberou aprovar a destinação de recursos provenientes do FPBRN para o Plano de Trabalho do Plano Diretor para Reformas Prediais do Instituto de Botânica – PE Fontes do Ipiranga aprovado na 70ª Reunião de 05/12/2014, e solicitou ao Instituto de Botânica que aguardasse a alteração do Decreto que possibilitará o repasse de recursos do FPBRN para os Institutos, para então proceder à atualização do valor do plano e definir qual empreendimento fornecerá o recurso.

Dr. Ricardo Rodrigues lembrou que o presente plano fora aprovado na gestão anterior, e que dificilmente seria aprovado com o atual direcionamento que a CCA está adotando. Acrescentou que é importante definir os critérios de utilização do recurso da Compensação



Ambiental, sendo a conservação da biodiversidade o fator principal para destinação de recursos.

3.2. Consulta da Fundação Florestal da possibilidade de devolução dos recursos aprovados em novembro/2015 para elaboração dos Planos de Manejo da EE Barreiro Rico e Ibicatu, no valor de R\$ 1.140.156,00 em função do planejamento para sua execução estar prevista para 2017/2018.

Item retirado de pauta.

3.3. Solicitação do Instituto Florestal para revogação de deliberação da 64ª Reunião que decidiu pela transferência para o FPBRN do recurso depositado em poupança do empreendedor, referente ao empreendimento Usina Guarani – Unidade Tanabi, destinado para o Plano de Trabalho para Implantação do Plano de Manejo da EE Itirapina no valor de R\$ 717.542,77.

DELIBERAÇÃO: Em virtude da impossibilidade de repasse de recursos do FPBRN para o Instituto Florestal até que o Decreto nº 60.070/2014 seja retificado e de o gestor da EE Itirapina ter informado que o empreendedor concorda em executar o Plano de Trabalho, a CCA revogou a deliberação da 64ª Reunião que decidia pela transferência para o FPBRN do recurso depositado em poupança do empreendedor referente ao empreendimento “Usina Guarani – Unidade Tanabi”. A CCA também solicitou ao Instituto Florestal esforços para a conclusão desse Plano Trabalho ainda em 2016.

4. ANÁLISE DE PLANOS DE TRABALHO

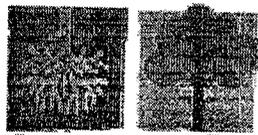
4.1. Plano de Trabalho para Implantação Centro de Estudos da Biodiversidade da Mata Atlântica – APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul – ICMBio, em área pública, recebida por doação.

Empreendimento	Processo	Valor
Duplicação da Rodovia dos Tamoios	Impacto 98/2011	R\$ 2.611.473,77

DELIBERAÇÃO: Após o esclarecimento pela gestora da APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul, Leticia Brandão, de que os valores do plano de trabalho estão alocados em um cronograma de 12 meses por limitação do modelo padrão da Câmara de Compensação Ambiental Federal, mas que o mesmo foi elaborado para ser executado no período de 5 anos, especialmente o item referente a equipamentos e materiais de consumo, o Plano de Trabalho para Implantação Centro de Estudos da Biodiversidade da Mata Atlântica – APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul foi aprovado. A CCA também recomendou que o ICMBio formalize as parcerias com os proprietários das RPPN's vizinhas à área de implantação do Centro de Estudos.

Relatora: Iracy Xavier da Silva

Dr. José Pedro elogiou o vídeo exibido sobre a área em questão, onde aparecem diversos muriquis em movimento e solicitou autorização para exibí-lo em apresentações científicas e didáticas, o que foi atendido.



Compensação Ambiental - SP

4.2. Plano de Trabalho para Regularização Fundiária do Parque Natural Municipal do Trabijú - Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba.

Em Maio/2015 a Prefeitura de Pindamonhangaba encaminhou ofício informando do desconhecimento do recurso desta compensação, pois o TCCA fora assinado em 2012 pela gestão anterior e o recurso depositado em contas poupança do empreendedor, sem movimentação. No mesmo ofício solicitou autorização para apresentação de novos planos de trabalho para utilização dessa importância, uma vez que as atividades deliberadas originalmente já haviam sido executadas com recursos próprios. Tal autorização foi deliberada pela CCA na 72ª Reunião de 14/07/2015. A Prefeitura de Pindamonhangaba encaminhou então quatro planos de trabalho a serem analisados nos itens 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5, apresentados pela representante da Prefeitura, Maria Eduarda S.Martim.

Empreendimento	Processo	Valor
Rio Vermelho Açúcar e Álcool Ltda.	SMA 3827/2009	R\$ 54.000,00

DELIBERAÇÃO: A CCA aprovou o Plano de Trabalho com vistas à atividade de Georreferenciamento para Regularização Fundiária do Parque Natural Municipal do Trabijú.

Relator: José Pedro de Oliveira Costa

4.3. Plano de Trabalho para Recuperação e Utilização de Trilhas do Parque Natural Municipal do Trabijú - Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba.

Empreendimento	Processo	Valor
Rio Vermelho Açúcar e Álcool Ltda.	SMA 3827/2009	R\$ 59.779,06

DELIBERAÇÃO: A CCA aprovou o Plano de Trabalho para Recuperação e Utilização de Trilhas do Parque Natural Municipal do Trabijú.

Relator: José Pedro de Oliveira Costa

4.4. Plano de Trabalho para Sistema de Fiscalização e Monitoramento por Câmeras no Parque Natural Municipal do Trabijú - Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba.

Ressaltou-se que para as destinações a UCs municipais ou federais diretamente impactadas por um empreendimento, a CCA segue o entendimento da Consultoria Jurídica da Secretaria do Meio Ambiente, pelo qual é de exclusiva responsabilidade do ente federado beneficiário do recurso da compensação ambiental a sua boa aplicação, não cabendo ao Estado de São Paulo seu controle e acompanhamento de sua execução.

Considerou-se, entretanto, uma vez que a Fundação Florestal está buscando ampliar os meios de fiscalização de Unidades de Conservação, inclusive com a utilização de câmaras, pertinente que a Prefeitura informe semestralmente o andamento da implantação deste projeto para que se tenha conhecimento sobre a eficiência desse modo de fiscalização, como uma forma de cooperação com a Fundação Florestal.

Empreendimento	Processo	Valor
Rio Vermelho Açúcar e Álcool Ltda.	SMA 3827/2009	R\$ 498.858,40

DELIBERAÇÃO: A CCA aprovou o Plano de Trabalho para Sistema de Fiscalização e Monitoramento por Câmeras no Parque Natural Municipal do Trabijú, com a recomendação de que a implantação das câmeras seja feita em 3 etapas, iniciando-se pela área de uso público e após a instalação mais para dentro do parque, para garantir que não serão roubadas e que tenham fiscalização permanente.

Relator: José Pedro de Oliveira Costa

4.5. Plano de Trabalho para Reforma de Infraestrutura do Parque Natural Municipal do Trabijú - Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba.

Empreendimento	Processo	Valor
Rio Vermelho Açúcar e Álcool Ltda.	SMA 3827/2009	R\$ 610.691,70

DELIBERAÇÃO: A CCA aprovou o Plano de Trabalho para Reforma de Infraestrutura do Parque Natural Municipal do Trabijú.

Relator: José Pedro de Oliveira Costa

4.6. Plano de Trabalho para Implantação do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais em UCs - Instituto Florestal.

Item retirado de pauta.

4.7. Plano de Trabalho para Elaboração de Projeto Executivo para Reconstrução da Estrutura de Pesquisa da Estação Ecológica de Assis – Instituto Florestal.

Empreendimento	Processo	Valor
Solicitação de recursos	-	R\$ 42.000,00

DELIBERAÇÃO: A CCA aprovou o Plano de Trabalho para Elaboração de Projeto Executivo para Reconstrução da Estrutura de Pesquisa da Estação Ecológica de Assis. Dr. Ricardo Rodrigues solicitou que no referido projeto executivo, o Instituto Florestal fortalecesse a parte da estrutura do laboratório e reduzisse a parte da sede administrativa, para que no futuro a sede seja ampliada com recursos do Estado e não da Compensação Ambiental. A CCA recomendou que a Secretaria Executiva da Câmara verificasse a existência de algum recurso em conta poupança do empreendedor que possa financiar esse plano de trabalho.

Relatores: José Pedro de Oliveira Costa



Compensação
Ambiental - SP

5. DEMANDAS DO COMITÊ DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL FEDERAL
Proposta da Fundação Florestal para aplicação de recursos de empreendimento de licenciamento federal, disponibilizado às UCs Estaduais de São Paulo, em atendimento à solicitação da CCOMP/IBAMA:

5.1. Compensação Ambiental Federal do Terminal Marítimo de Alemoa – Proc CA nº 0200.002615/2015-81.

EMPREENHIMENTO	VALOR	PROPOSTA DA FUNDAÇÃO FLORESTAL		
		UC	ATIVIDADE	VALOR
Terminal Marítimo de Alemoa	R\$ 681.475,77	APA Marinha do Litoral Centro (obrigatório)	Ações de Proteção e Fiscalização	R\$ 477.033,04
		PE Serra do Mar (obrigatório)	Implantação do Plano de manejo	R\$ 204.442,73
		PE Xixová-Japuí	-	-

DELIBERAÇÃO: A CCA aprovou a proposta da Fundação Florestal para aplicação dos recursos do empreendimento "Terminal Marítimo de Alemoa". A Fundação Florestal informa que o PE Xixová-Japuí não foi incluído nesta destinação por já dispor de outros recursos de compensação ambiental.

6. DEFINIÇÃO DE DATAS DAS PRÓXIMAS REUNIÕES CCA.

DELIBERAÇÃO: A CCA aprovou a proposta de datas para as próximas reuniões:

- 22/03/2016 – Terça-feira – 14:30h;
- 26/04/2016 – Terça-feira – 14:30h;
- 24/05/2016 – Terça-feira – 14:30h;e
- 21/06/2016 – Terça-feira – 14:30h.

E assim a Sra. Secretária Adjunta do Meio Ambiente e Coordenadora da CCA, após o esgotamento da pauta, agradecendo a presença, participação e colaboração de todos, especialmente dos representantes do ICMBio e do município de Pindamonhangaba, encerrou a reunião.

Plano de Trabalho - Regularização Fundiária Parque Natural Municipal do Trabiju

Empreendedor:

Empreendimento:

Processo Licenciamento: SMA nº

1. APRESENTAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO		
Nome da UC: Parque Natural Municipal do Trabiju	Área total (ha): 603,9	Instrumento legal de criação: Lei Municipal nº4900/2009
Unidade do SIEFLOR contígua: Parque Estadual de Campos do Jordão, Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão		Área total (ha): PECJ – 8341,00 PEMCJ – 502,96
Instituição Gestora e Diretoria a qual a UC está subordinada: Município de Pindamonhangaba / SP Secretaria de Governo e Integração Departamento de Meio Ambiente		Instituição parceira (se houver): Instituto Florestal; Universidade de Taubaté; Faculdade de Pindamonhangaba; Fundação Fórmula Cultural; ONG Guardiões da Natureza; Empresa Novelis; Mineradora Tubarão; APEP – Associação dos Produtores Ecológicos de Pindamonhangaba.
Localização (municípios abrangidos): Pindamonhangaba – SP		
Ecosistemas protegidos: Mata Atlântica - Floresta Ombrófila Densa Montana		
Área com vegetação nativa (ha): 589,22		Área com vegetação exótica (ha): --
Nº estimado de moradores (não funcionários) no interior da UC: 0		Nº estimado de edificações dos moradores (não funcionários) da UC: 0
Situação do Plano de Manejo:	Data Aprovação no Conselho Gestor do PNMT 07 de julho de 2014.	
	Situação de Implantação do PM - Plano de Manejo concluído em setembro/2013; - Plano de Manejo em fase de implantação; - Retirada dos antigos moradores concluída; - Conselho consultivo vigente e atuante; - Realização de reformas prediais para uso de equipes de proteção e fiscalização, e recepção de visitantes e pesquisadores; Restam a realização de necessidades referentes a demarcação do perímetro do parque e de suas trilhas de fiscalização, realização de ações e aquisição de equipamentos de segurança, e aporte na estrutura para	

	pesquisa e visitação.	
Situação fundiária da UC: Propriedade do Município de Pindamonhangaba. Resta realizar processo de Regularização fundiária.		
Situação da Gestão da UC	Fiscalização: O PNMT possui 03 guardas ambientais contratados pelo Município de Pindamonhangaba em atividade no PNMT, que realizam rondas periódicas pelas trilhas da reserva, acionando a Polícia Ambiental em caso de verificação de ocorrências. O PNMT em seu histórico de ocorrências identifica como principais fontes de pressão sobre a UC atos relacionados à caça, à incidência de espécies da fauna e flora domésticas e exóticas, a extração de madeira e de palmito juçara, sendo este último o que mais chama atenção dada a grande quantidade de exemplares extraídos.	
	Proteção: realizada pelos guardas ambientais do Parque e através de parcerias com Defesa Civil e Policiamento Ambiental.	
	Uso Público: Desde o mês de setembro/2015 o PNMT recebe visitas monitoradas de grupos de estudantes, e de visitantes em geral, tendo recebido entre os meses de setembro e dezembro/2015 um total de 1199 pessoas, além de duas solicitações para o desenvolvimento de pesquisas no período.	
Situação de outras destinações de compensação ambiental da UC: Não houve.		
Serviços oferecidos pela UC: Conforme determinado no Plano de Manejo da UC, o Parque do Trabiú destina-se atualmente para o uso com foco em educação ambiental, turismo recreativo e pesquisa, sendo atualmente desenvolvida através da realização de visitas agendadas e monitoradas com grupos de escolas, escoteiros, e visitantes em geral, e através da liberação do desenvolvimento de pesquisas, através de parceria com estudiosos ligados a faculdades e universidades.		
Nº estimado de visitantes controlados/monitorados (ano): 6000	Nº estimado de visitantes não controlados/monitorados (ano): 0	Nº estimado total de visitantes (ano): 6000
Nº de funcionários da UC (por nível de escolaridade): 02 funcionários de nível fundamental; 03 funcionários de nível médio; 01 funcionário de nível superior.		Nº de veículos da UC (por modelo e ano): 0
Valor anual médio da dotação do tesouro do Estado para custeio das atividades da UC: R\$192.000,00	Outras fontes orçamentárias (se houver, valor total, período de vigência/atividade/status): R\$ 800.000,00 – Destinados ao PNMT pela Empresa Novelis e Evoluir, para a reforma dos banheiros e ocas para recepção de visitantes e criação da Exposição 5 elementos. Parceria vigente de março/2015 a setembro/2015 (concluído).	
Outras fontes de recursos na UC: Não há.		

2. BREVE HISTÓRICO DA UC

O Parque Natural Municipal do Trabijú recebe o nome do riacho que, nascido da Serra da Mantiqueira, possibilitou a instalação do primeiro serviço de abastecimento de água encanada no Município de Pindamonhangaba. De origem tupi-guarani, o termo "trabijú" significa "água que brota do monte", ou "monte que verte água".

O parque tem sua área situada na região de uma antiga fazenda adquirida pela administração do município, em 1899. Com o nome de Fazenda da Represa, esse terreno é percorrido pelo riacho Trabijú. Foi de sua captação que, em 1900, teve início o fornecimento de água da serra para a cidade.

Em 1979, foi criada, na área da Fazenda da Represa, a Reserva Florestal do Trabijú, proibindo o desmatamento e retirada de espécimes de sua fauna e flora. Em 1985, ela se tornou uma Reserva Ecológica.

Em 2001, a área foi declarada Parque Municipal, sendo intocável seu patrimônio ambiental: fauna, flora e demais elementos naturais.

Em 2009, com o advento do SNUC o parque foi adaptado à condição de Unidade de Conservação, ganhando seu nome atual, Parque Natural Municipal do Trabijú.

3. DADOS DOS GESTORES DA UC

Nome do responsável legal pela UC: José Maria Rodrigues				Cargo e Instituição Contratante: Gerente do Parque Natural Municipal do Trabijú – Município de Pindamonhangaba	
Endereço (logradouro, número e complemento): Rua Forno de Taro, nº250				CEP: 12415-130	Município: Pindamonhangaba
DDD: 12	Celular: 99725-4295	DDD: 12	Fixo: 3645-1494	E-mail: trabiju@pindamonhangaba.sp.gov.br	
Responsáveis pela elaboração do Plano de Trabalho: Maria Eduarda San Martin Rafael Ribeiro Cavalcante de Souza				Cargo: Assessora em Meio Ambiente Encarregado de Setor	
Endereço (logradouro, número e complemento): Rua Noel César Pires, S/N				CEP: 12411-719	Município: Pindamonhangaba
DDD: 12	Telefone(s): 3645-1494	DDD:	Fax:	E-mail: meioambiente@pindamonhangaba.sp.gov.br	

4. Valor previsto e prazo para utilização do recurso

Valor total: R\$ 54.000,00	Prazo: 90 dias
-----------------------------------	-----------------------

5. SÍNTESE DOS ATRIBUTOS NATURAIS E CULTURAIS DE INTERESSE PARA CONSERVAÇÃO

O Parque Natural Municipal do Trabiujú encontra-se em uma região da Serra da Mantiqueira, que apresenta extensos remanescentes florestais com alto grau de conectividade, variabilidade de ecossistemas e grande ocorrência de endemismos e de espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção. Neste sentido, o PNMT abriga uma relevante biodiversidade associada à Floresta Ombrófila Densa, incluindo grande variedade de fauna e flora, segundo seu Plano de Manejo a UC conta com pelo menos 15 espécies de mamíferos, dentre os quais estão presente o lobo-guará, o gato-maracajá, onça-parda e a paca, 173 de aves, distribuídas em 60 diferentes famílias, sendo 7 delas ameaçadas e 14 endêmicas da Mata Atlântica, e 278 espécies vegetais, estando entre estas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, além de abrigar diversas nascentes que dão origem aos principais cursos d'água afluentes da margem esquerda do rio Paraíba do Sul no município de Pindamonhangaba. O local abriga também importante sítio histórico-cultural constituído pelo antigo sistema de abastecimento municipal.

6. POTENCIAL OFERECIDO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS (CIENTÍFICAS E VOLTADAS AO MANEJO)

O Parque Natural Municipal do Trabiujú possui levantamentos iniciais feitos em decorrência da elaboração do Plano de Manejo do mesmo, assim como de estudos acadêmicos já realizados no local por pesquisadores de diversas universidades, sendo a principal delas a Universidade de Taubaté. Possuindo informações gerais compiladas relativas a geologia, solo, fauna, flora e clima em seu Plano de Manejo.

7. JUSTIFICATIVAS PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO

O Parque Natural Municipal do Trabiujú (PNMT) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, cujos objetivos visam minimizar a interferência antrópica, permitindo apenas o uso indireto de seus recursos naturais. A área onde hoje se localiza o Parque foi adquirida pelo Município de Pindamonhangaba no final do século XIX e demarcada em 1931 seguindo a tecnologia da época. Este levantamento está obsoleto frente às tecnologias, normas e legislações atualmente adotadas para o território brasileiro.

Neste contexto, o Georreferenciamento pode ser descrito como o mapeamento de um imóvel rural ou urbano, referenciando os vértices de seu perímetro ao Sistema Geodésico Brasileiro e definindo sua área e posição geográfica, para posterior certificação deste trabalho junto ao INCRA (INCRA, 2010). Esta certificação visa evitar a sobreposição de vértices com coordenadas conhecidas e precisas ao longo da divisa entre duas propriedades.

Desta maneira, o Georreferenciamento do PNMT é necessário para adequar a documentação de titularidade da prefeitura à legislação atual, bem como para definir com precisão os seus limites, evitando invasões e outros conflitos fundiários. Já a delimitação física do PNMT, possibilita a identificação visual de seus limites, potencializando a fiscalização contra a entrada pessoas por acessos não oficiais, invasão por animais domésticos e ocupações não autorizadas. Vale ressaltar que a demarcação dos limites do parque e o georreferenciamento constam nas ações a serem realizadas que estão descritas no Plano de Manejo nas páginas 72 e 90 no volume III.

A contratação dos serviços topográficos georreferenciados (incluindo a medição, demarcação, fornecimento e fixação de piquetes, confecção de planta, memorial descritivo, planilhas de dados georreferenciadas, inclusive com abertura de picadas onde necessário), assim como confecção de placas e sinalização de perímetro do Parque Natural Municipal do Trabiujú faz se necessária para a definição clara dos limites da unidade facilitando, portanto, a gestão, colaborando com o ordenamento territorial regional e demonstrando a afirmação da

presença do município nestas Unidades.

Esta proposta pretende ainda atender integralmente O Decreto 4.340/2002 que estabelece em seu artigo 33º que a prioridade de utilização de recursos de compensação ambiental é para atividades de regularização fundiária e demarcação de terras, assim como o proposto neste.

O georreferenciamento das trilhas do Parque também é necessário para delimitar os locais onde será possível a realização de fiscalizações pelos guardas ambientais, o pontos de acesso a pesquisadores e também para a estruturação do uso público do Parque, oferecendo informações adicionais aos gestores da UC e garantindo maior segurança aos visitantes .

Este plano também inclui a proposta de levantamento planialtimétrico cadastral da área de uso intensivo do Parque, que abrange somente 1,27% de sua área total, por entendermos que estas são as áreas prioritárias para a instalação de melhorias estruturais na UC, como centro de informações, alojamento para pesquisadores, sala de pesquisa, entre outras, sendo atualmente as únicas áreas permitidas a este uso segundo o Plano de Manejo desta unidade de conservação.

8. METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS

A presente proposta visa a regularização fundiária do Parque Natural Municipal do Trabijú, que deverá contemplar obrigatoriamente todas as fases descritas nas legislações e normas regulatórias do setor assim como daquelas descritas no Plano de Manejo da UC, devendo perpassar as etapas a seguir: Pesquisa de documentação, Demarcação dos Limites do Parque, Levantamento planialtimétrico cadastral georreferenciado da área de uso público do parque, Levantamento planialtimétrico cadastral das trilhas do parque e certificação de regularização junto ao INCRA.

A metodologia proposta para a execução dos trabalhos deverá obedecer criteriosamente às especificações e recomendações descritas na normas técnicas e legislações a seguir:

- Lei nº 4.504/1964 – Dispõe sobre o estatuto da Terra e dá outras providências;
- Lei nº 8.629/1993 – Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária, Previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal;
- Lei nº 6015/1973 - Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências;
- Lei nº 10931/2004 - Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei nº 911, de 1o de outubro de 1969, as Leis nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências;
- Lei nº 10267/2001 - Altera dispositivos das Leis nos 4.947, de 6 de abril de 1966, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.739, de 5 de dezembro de 1979, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências.
- Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais, 3º Edição;
- NBR 13.133 – Execução de Levantamento topográfico; e
- NBR 14.166 – Rede de Referência Cadastral Municipal – Procedimento;
- Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Trabijú.

9. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS CONTEMPLANDO META, OBJETO, AÇÕES, JUSTIFICATIVA, QUANTIDADE/ESPECIFICAÇÃO E VALOR.

ETAPA 1 - PESQUISA DE DOCUMENTAÇÃO

Atividade 1.1 - levantamento de documentação existente do imóvel

Objetivo/produto: Conhecer e reunir a documentação do Parque existente atualmente. Nesta etapa deve-se levantar os documentos existentes no cartório municipal e em registros históricos que permitam descrever os limites do PNMT, bem como identificar seus confrontantes atuais (Proprietário, Propriedade, Matrícula, etc...).

Justificativa: Há poucas informações sobre o Parque e é necessário buscar os documentos existentes para início dos trabalhos.

ETAPA 2 - DEMARCAÇÃO DOS LIMITES DO PARQUE

Atividade 2.1 - transporte de coordenadas UTM

Objetivo/produto:

Será executado o Transporte das Coordenadas no Sistema UTM (Universal Transverso de Mercator), com Equipamento Receptor de Sinal GPS de alta precisão.

Justificativa: atendimento à Lei de Georreferenciamento de Imóveis Rurais Lei nº 10.267 de 28/08/2001.

Atividade 2.2 - levantamento topográfico georreferenciado do perímetro

Objetivos/produto: Regularizar a área visando atender à Lei Federal.10.267/2001, que trata, dentre outros assuntos, da obrigatoriedade de georeferenciar as propriedades agrícolas, utilizando tecnologia via satélite. Como produto teremos um mapa georeferenciado e seu respectivo memorial descritivo.

Justificativa: A unidade não dispõe de um mapa correto que seja reconhecido em cartório e o memorial descritivo apresenta imprecisões. O levantamento topográfico, além de atender a legislação vigente, trará maior segurança jurídica para as UCs.

Atividade 2.3 - instalação de placas identificando a UC nos limites

Objetivos/produto: instalação de placas de identificação da UC nos limites da propriedade

Justificativa: As placas de sinalização servem para identificar aos que passam na região que aquele local é uma Unidade de Conservação e está sujeita a regras estabelecidas no plano de manejo da unidade.

Atividade 2.4 - implantação de marcos com plaquetas identificadoras certificadas pelo INCRA

Objetivo/produto:

A implantação dos marcos de divisa para atendimento da Lei 10.267/2001, será executado após a devida identificação dos confrontantes do imóvel, e será acompanhado pelo contratante ou seu representante legal e conferido pelos confrontantes ou seus representantes legais.

Justificativa: com a implantação dos marcos, proporcionaremos maior segurança e precisão nos mapeamentos executados território da UC.

Atividade 2.5 - identificação da documentação dos confrontantes

Objetivo/produto: Identificar a documentação de cada confrontante afim de ratificar os limites demarcados em campo.

A identificação de cada confrontante compreende:

- a) Número da matrícula do CRI;
- b) Numero de CPF e RG dos confrontantes e cônjuges caso necessário;
- c) Demais documentos eventualmente solicitados pelo cartório.

Justificativa: A identificação da documentação dos confrontantes é necessária pois deverá estar contida no mapa e memorial descritivo conforme exigência legal.

Atividade 2.6 - Certificação INCRA

Objetivo/produto: Elaboração da documentação completa conforme normas para georreferenciamento e encaminhamento para a certificação no INCRA (SIGEF).

Justificativa: A certificação de poligonais referentes a limites de imóveis rurais é um instrumento instituído por lei para garantir a inexistência de multiplicidade de títulos referentes à mesma área (sobreposição entre polígonos), conferindo maior segurança jurídica, inibindo a grilagem de terras e permitindo uma eficiente gestão da malha fundiária.

ETAPA 3 - LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO DA ÁREA DE USO PÚBLICO DO PARQUE

Objetivo/produto: Levantamento planialtimétrico identificando área de aproximadamente 30.000,00m² (núcleo do Parque), onde se encontram algumas construções, ocas, portaria, estrada de acesso as ocas, etc.

Levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral, georreferenciado da área de uso intensivo do Parque utilizadas para fins de visitação, exposição cultural, administração.

O Levantamento topográfico, deverá estar representado em mapa, em escala adequada e em arquivo digital tipo Autocad (DWG), em uso nesta Municipalidade, contendo informações físicas da área em questão, incluindo:

- Casa;
- Ocas;
- Acessos;
- Caminhos de pedestres;
- Vegetação;
- Local árvores isoladas;
- Redes de infraestrutura implantada;
- Cursos de água;
- Áreas de preservação permanente;
- Tipos de construção (alvenaria, madeira ou mista);
- O tipo de divisa (muro, cerca, tapume, etc.);
- Usos das edificações (moradia, comércio, institucional).

Justificativa: Como esta é a única área de uso intensivo e o restante do Parque é todo coberto por vegetação nativa de mata atlântica, pretende -se futuramente melhorar as instalações do Parque reformando os prédios já existentes.

ETAPA 4 - LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL DAS TRILHAS DO PARQUE

Objetivo/produto: Cadastro Georreferenciado de treze trilhas do Parque Trabiju amarrando à planta geral do Parque.

Justificativa: para uso dos visitantes, pesquisadores e também para facilitar a fiscalização de ocorrências.

ETAPA 5 - CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS

Objetivo/produto: Os arquivos de observáveis (arquivos brutos de campo dos vértices medidos com metodologia GNSS e/ou as planilhas de cálculo topográfico dos vértices medidos por métodos clássicos) deverão ser processados e ajustados e convertidos ao plano topográfico local conforme especificado na NTGIR vigente. Arquivo em rinex caso o equipamento forneça.

No caso de levantamentos executados por metodologia GNSS, a CONTRATADA deve ater-se à compatibilidade entre o software de pós-processamento, metodologia e receptores usados no levantamento.

Após serem determinadas as coordenadas e as suas respectivas precisões, deverá ser

elaborada uma tabela conforme definido na NTGIR vigente. Esta servirá para validação do polígono, constituindo a base ou origem para a produção das demais peças técnicas elaboradas pela proponente.

Caso o limite a ser definido em campo não possa, por motivos tecnicamente justificáveis, corresponder ao limite indicado no decreto, o fato deve ser informado imediatamente a Prefeitura de Pindamonhangaba, em documentação específica, a ser definido na reunião, com as devidas justificativas técnicas pela contratada.

A contratada deverá apresentar os produtos da etapa de medição, georreferenciamento e demarcação com os seguintes anexos:

- a) Planilha do SIGEF;
- b) Memorial descritivo;
- c) Relatório técnico geral de execução;
- d) Planta geral em escala cadastral e mapa em escala apropriada, arquivo dwg;
- e) ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) individualizado por item contratado;
- f) Arquivos digitais com os dados brutos de observações obtidas por método GNSS e/ou planilha de levantamento por método clássico, assim como relatórios resultantes de processamentos para todo o item contratado, conforme especificado;
- g) Relatórios de campo da demarcação (com as devidas monografias de marcos);

As peças técnicas deverão ser apresentadas conforme definido neste termo de referência. Todos os arquivos digitais citados nas alíneas acima deverão ser entregues em CD-R ou DVD-R conforme organização disposta na NTGIR vigente.

Justificativa: documentação necessária para arquivo da Prefeitura e futuramente será utilizada para ações dentro do Parque como por exemplo possíveis reformas e construções na área de uso intensivo, já que todo o restante do Parque é coberto por mata nativa que não poderá ser suprimida.

ETAPA 6- ASSINATURAS DOS CONFRONTANTES

Objetivo/produto: coletar assinaturas dos confrontantes comprovando que estão de acordo com as marcações que delimitam suas propriedades e o Parque.

Justificativa: Segundo Norma do Georreferenciamento se faz necessário a assinaturas dos confrontantes em carta de anuência de confrontação, modelo INCRA, e assinatura na planta do imóvel georreferenciado atendendo exigência do CRI, todas com reconhecimento de firma em cartório.

ETAPA 7 – RETIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

Objetivo/produto: atualizar descrição tabular da transcrição nº 1.684 feita em 09 de janeiro de 1903, Livro 3-B, da folha 53, de acordo com o levantamento georreferenciado e certificado pelo INCRA.

Justificativa: a descrição tabular da propriedade se encontra defasada, sendo necessária a atualização dos azimutes, distâncias, coordenadas geográficas e confrontação, no cartório de registros de imóveis desta Comarca de Pindamonhangaba.

10. Definição do papel de cada um dos participantes com as obrigações correspondentes

Empresa contratada – Caberá a empresa contratada a contratação de profissionais capacitados para o levantamento de dados, à elaboração dos relatórios técnicos referentes ao serviço contratado. Caberá ainda a empresa a disponibilização de todos os equipamentos necessários para a realização dos levantamentos contratados, assim como de despesas relativas a meios de transporte, estadia e alimentação de seus profissionais. A empresa será responsável por abrir picada na mata, realizar a limpeza das divisas, fornecer e implantar os marcos nos vértices.

A empresa deverá fornecer ART dos profissionais envolvidos.

Equipe de Campo da empresa contratada - Consiste no pessoal que realizará o planejamento e execução do levantamento de dados e rastreamento de vértices através de captação de sinais das constelações de satélites de localização geográfica utilizando-se de equipamentos receptores de sinais GNSS, e, quando necessário, utilização de equipamentos de topografia clássica para determinação de pontos de apoio, vértices irradiados e marcos de orientação, preenchimento de cadernetas de campo, croquis, diário de obra, pré processamento de dados e retificações necessárias.

Prefeitura de Pindamonhangaba - disponibilizará para a empresa contratada: plantas topográficas existentes; funcionários para orientar os topógrafos sobre as divisas; Plano de Manejo da Unidade; assim como acesso a todos os documentos em seu poder que se fizerem necessários ao bom desenvolvimento da atividade.

11. Resumo metas/atividades e custos

1. Pesquisa de documentação	Atividade 1.1 - levantamento de documentação existente	R\$ 6.000,00
2. Demarcação dos limites do parque	Atividade 2.1 - transporte de coordenadas UTM Atividade 2.2 - levantamento topográfico georreferenciado do perímetro Atividade 2.3 - instalação de placas identificando a UC nos limites Atividade 2.4 - implantação de marcos com plaquetas identificadoras certificadas pelo INCRA Atividade 2.5 - identificação da documentação dos confrontantes Atividade 2.6 - Certificação INCRA	R\$ 12.000,00
3. Levantamento planialtimétrico cadastral georreferenciado da área de uso público do parque	Levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral, georreferenciado da área de uso intensivo do parque	R\$ 10.000,00
4. Levantamento planialtimétrico cadastral das trilhas do parque	Levantamento planialtimétrico e cadastral, georreferenciado das trilhas do parque natural municipal do traju	R\$ 5.000,00
5. Consolidação dos resultados	Elaboração de peças técnicas a ser apresentadas conforme definido neste termo de referência	R\$ 6.000,00
6. Assinaturas dos confrontantes	Coletar assinatura dos confrontantes	R\$ 10.000,00
7. Retificação administrativa	atualizar descrição tabular da transcrição nº 1.684 feita em 09 de janeiro de 1903, Livro 3-B, da folha 53, de acordo com o levantamento georreferenciado e certificado pelo INCRA.	R\$ 5.000,00

12. Efeitos positivos esperados para a UC

- Atender as disposições do SNUC que determinam que a categoria de manejo Parque deve

ser de posse e domínio públicos

13. Produtos e Materiais a serem disponibilizados pela Instituição gestora da UC para realização da ATIVIDADE

- Plano de Manejo;
- Plantas topográficas existentes;
- Funcionários para orientar os topógrafos sobre as divisas;

14. Indicadores para avaliação dos resultados

- Atendimento das especificidades apresentadas no Plano de Trabalho;
- Situação fundiária regularizada
- Unidade de Conservação demarcada em campo

15. Cronograma Físico Financeiro

Cronograma Físico-Financeiro para regularização fundiária do Parque Natural Municipal do Trabiçu

Etapas	1º mês	2º mês	3º mês	Total
1. pesquisa de documentação	6.000,00			6.000,00
2. demarcação dos limites do parque	12.000,00			12.000,00
3. levantamento planialtimétrico cadastral georreferenciado da área de uso público do parque		10.000,00		10.000,00
4. levantamento planialtimétrico cadastral das trilhas do parque			5.000,00	5.000,00
5. consolidação dos resultados		3.000,00	3.000,00	6.000,00
6. Assinaturas dos confrontantes			10.000,00	10.000,00
7. Retificação administrativa (cartório)			5.000,00	5.000,00
TOTAL	18.000,00	13.000,00	23.000,00	54.000,00

16. Anexos

Proposta da empresa Mapa Topografia (selecionada pelo Conselho Gestor do Parque em reunião dia 21/01/16)

17. Deliberação da Câmara de Compensação Ambiental: ____ª Reunião de __/__/__

Plano de Trabalho - Plano de Recuperação e Utilização de Trilhas

Parque Natural Municipal do Trabiju

Empreendedor:

Empreendimento:

Processo Licenciamento: SMA n°

1. APRESENTAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO		
Nome da UC: Parque Natural Municipal do Trabiju	Área total (ha): 603,9	Instrumento legal de criação: Lei Municipal nº4900/2009
Unidade do SIEFLOR contígua: Parque Estadual de Campos do Jordão, Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão		Área total (ha): PECJ – 8341,00 PEMCJ – 502,96
Instituição Gestora e Diretoria a qual a UC está subordinada: Município de Pindamonhangaba / SP Secretaria de Governo e Integração Departamento de Meio Ambiente		Instituição parceira (se houver): Instituto Florestal; Universidade de Taubaté; Faculdade de Pindamonhangaba; Fundação Fórmula Cultural; ONG Guardiões da Natureza; Empresa Novelis; Mineradora Tubarão; APEP – Associação dos Produtores Ecológicos de Pindamonhangaba.
Localização (municípios abrangidos): Pindamonhangaba - SP		
Ecosistemas protegidos: Mata Atlântica - Floresta Ombrófila Densa Montana		
Área com vegetação nativa (ha): 589,22		Área com vegetação exótica (ha): --
Nº estimado de moradores (não funcionários) no interior da UC: 0		Nº estimado de edificações dos moradores (não funcionários) da UC: 0
Situação do Plano de Manejo:	Data Aprovação no Conselho Gestor do PNMT 07 de julho de 2014.	
	Situação de Implantação do PM - Plano de Manejo concluído em setembro/2013; - Plano de Manejo em fase de implantação; - Retirada dos antigos moradores concluída; - Conselho consultivo vigente e atuante; - Realização de reformas prediais para uso de equipes de proteção e fiscalização, e recepção de visitantes e pesquisadores; Restam a realização de necessidades referentes a demarcação do	

	perímetro do parque e de suas trilhas de fiscalização, realização de ações e aquisição de equipamentos de segurança, e aporte na estrutura para pesquisa e visitação.	
Situação fundiária da UC: Propriedade do Município de Pindamonhangaba, Resta realizar processo de Regularização fundiária.		
Situação da Gestão da UC	Fiscalização: O PNMT possui 03 guardas ambientais contratados pelo Município de Pindamonhangaba em atividade no PNMT, que realizam rondas periódicas pelas trilhas da reserva, acionando a Polícia Ambiental em caso de verificação de ocorrências. O PNMT em seu histórico de ocorrências identifica como principais fontes de pressão sobre a UC atos relacionados à caça, à incidência de espécies da fauna e flora domésticas e exóticas, a extração de madeira e de palmito juçara, sendo este último o que mais chama atenção dada a grande quantidade de exemplares extraídos.	
	Proteção: realizada pelos guardas ambientais do Parque e através de parcerias com Defesa Civil e Policiamento Ambiental.	
	Uso Público: Desde o mês de setembro/2015 o PNMT recebe visitas monitoradas de grupos de estudantes, e de visitantes em geral, tendo recebido entre os meses de setembro e dezembro/2015 um total de 1199 pessoas, além de duas solicitações para o desenvolvimento de pesquisas no período.	
Situação de outras destinações de compensação ambiental da UC: Não houve.		
Serviços oferecidos pela UC: Conforme determinado no Plano de Manejo da UC, o Parque do Trabijú destina-se atualmente para o uso com foco em educação ambiental, turismo recreativo e pesquisa, sendo atualmente desenvolvida através da realização de visitas agendadas e monitoradas com grupos de escolas, escoteiros, e visitantes em geral, e através da liberação do desenvolvimento de pesquisas, através de parceria com estudiosos ligados a faculdades e universidades.		
Nº estimado de visitantes controlados/monitorados (ano): 6000	Nº estimado de visitantes não controlados/monitorados (ano): 0	Nº estimado total de visitantes (ano): 6000
Nº de funcionários da UC (por nível de escolaridade): 02 funcionários de nível fundamental; 03 funcionários de nível médio; 01 funcionário de nível superior.	Nº de veículos da UC (por modelo e ano): 0	
Valor anual médio da dotação do tesouro do Estado para custeio das atividades da UC: R\$192.000,00	Outras fontes orçamentárias (se houver, valor total, período de vigência/atividade/status): R\$ 800.000,00 – Destinados ao PNMT pela Empresa Novelis e Evoluir, para a reforma dos banheiros e ocas para recepção de visitantes e criação da Exposição 5 elementos. Parceria vigente de março/2015 a setembro/2015 (concluído).	
Outras fontes de recursos na UC: Não há.		

2. BREVE HISTÓRICO DA UC

O Parque Natural Municipal do Trabijú recebe o nome do riacho que, nascido da Serra da Mantiqueira, possibilitou a instalação do primeiro serviço de abastecimento de água encanada no Município de Pindamonhangaba. De origem tupi-guarani, o termo "trabijú" significa "água que brota do monte", ou "monte que verte água".

O parque tem sua área situada na região de uma antiga fazenda adquirida pela administração do município, em 1899. Com o nome de Fazenda da Represa, esse terreno é percorrido pelo riacho Trabijú. Foi de sua captação que, em 1900, teve início o fornecimento de água da serra para a cidade.

Em 1979, foi criada, na área da Fazenda da Represa, a Reserva Florestal do Trabijú, proibindo o desmatamento e retirada de espécimes de sua fauna e flora. Em 1985, ela se tornou uma Reserva Ecológica.

Em 2001, a área foi declarada Parque Municipal, sendo intocável seu patrimônio ambiental: fauna, flora e demais elementos naturais.

Em 2009, com o advento do SNUC o parque foi adaptado à condição de Unidade de Conservação, ganhando seu nome atual, Parque Natural Municipal do Trabijú.

3. DADOS DOS GESTORES DA UC

Nome do responsável legal pela UC: José Maria Rodrigues				Cargo e Instituição Contratante: Gerente do Parque Natural Municipal do Trabijú – Município de Pindamonhangaba	
Endereço (logradouro, número e complemento): Rua Fornovo de Taro, nº250				CEP: 12415-130	Município: Pindamonhangaba
DDD: 12	Celular: 99725-4295	DDD: 12	Fixo: 3645-1494	E-mail: trabiju@pindamonhangaba.sp.gov.br	
Responsáveis pela elaboração do Plano de Trabalho: Maria Eduarda San Martin Rafael Ribeiro Cavalcante de Souza				Cargo: Assessora em Meio Ambiente Encarregado de Setor	
Endereço (logradouro, número e complemento): Rua Noel César Pires, S/N				CEP: 12411-719	Município: Pindamonhangaba
DDD: 12	Telefone(s): 3645-1494	DDD:	Fax:	E-mail: meioambiente@pindamonhangaba.sp.gov.br	

4. Valor previsto e prazo para utilização do recurso

Valor total: R\$ 59.779,06	Prazo: 90 dias
-----------------------------------	-----------------------

5. SÍNTESE DOS ATRIBUTOS NATURAIS E CULTURAIS DE INTERESSE PARA CONSERVAÇÃO

O Parque Natural Municipal do Trabijú encontra-se em uma região da Serra da Mantiqueira, que apresenta extensos remanescentes florestais com alto grau de conectividade, variabilidade de ecossistemas e grande ocorrência de endemismos e de espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção. Neste sentido, o PNMT abriga uma relevante biodiversidade associada à Floresta Ombrófila Densa, incluindo grande variedade de fauna e flora, segundo seu Plano de Manejo a UC conta com pelo menos 15 espécies de mamíferos, dentre os quais estão presente o lobo-guará, o gato-maracajá, onça-parda e a paca, 173 de aves, distribuídas em 60 diferentes famílias, sendo 7 delas ameaçadas e 14 endêmicas da Mata Atlântica, e 278 espécies vegetais, estando entre estas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, além de abrigar diversas nascentes que dão origem aos principais cursos d'água afluentes da margem esquerda do rio Paraíba do Sul no município de Pindamonhangaba. O local abriga também importante sítio histórico-cultural constituído pelo antigo sistema de abastecimento municipal.

6. POTENCIAL OFERECIDO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS (CIENTÍFICAS E VOLTADAS AO MANEJO)

O Parque Natural Municipal do Trabijú possui levantamentos iniciais feitos em decorrência da elaboração do Plano de Manejo do mesmo, assim como de estudos acadêmicos já realizados no local por pesquisadores de diversas universidades, sendo a principal delas a Universidade de Taubaté. Possuindo informações gerais compiladas relativas a geologia, solo, fauna, flora e clima em seu Plano de Manejo.

7. JUSTIFICATIVAS PARA REALIZAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE TRILHAS DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO TRABIJU

O PNMT possui como um de seus objetivos básicos de criação a promoção da educação e interpretação ambiental, a recreação, turismo ecológico entre outros. Neste sentido, apresenta significativa potencialidade para o uso público, tanto para o lazer em contato com a natureza quanto para a educação e interpretação ambiental e patrimonial, possibilitando ao visitante conhecer e valorizar os recursos naturais e culturais locais.

A implantação de um sistema de trilhas constitui-se como um dos primeiros elementos de infra-estrutura a serem desenvolvidos quando uma nova área protegida é reconhecida. A implantação de trilhas em UC's resulta da necessidade de estabelecimento de rotas básicas de acesso a algumas localidades e atrativos do Parque, contribuindo para a implantação de atividades recreativas, educativas e interpretativas, e, ainda, para a realização de pesquisas científicas e fiscalização e manutenção da área.

A partir do diagnóstico do uso público foi possível identificar que o PNMT possui trilhas constituídas por vias oficiais abertas em períodos distintos para manutenção do sistema de abastecimento de água, proteção e fiscalização da área, acesso às cachoeiras, realização de pesquisa científica.

Embora o Parque tenha diversas trilhas, as mesmas não constituem um sistema planejado para os diversos usos inerentes à categoria da unidade. Observou-se que a própria nomenclatura e trajeto da maior parte dessas trilhas, ainda não encontra-se sistematizada oficialmente, sendo, neste sentido, identificados estudos e materiais que apresentam traçados/trajetos e nomes de algumas trilhas de forma não padronizada.

Assim, torna-se emergencial a realização de estudos para a constituição de um sistema integrado e planejado de trilhas no PNMT. Se bem implementadas e em conformidade com as normas e restrições do Plano de Manejo, estas trilhas favorecerão a conservação do patrimônio ambiental e cultural da UC.

Além disso, constituir-se como um marco importante para a efetiva implantação do uso público na unidade, o qual ocorre, atualmente, de forma incipiente e restrita a poucos grupos

sociais.

Vale ressaltar que o planejamento do uso das trilhas consta como ação recomendada a serem realizadas no Plano de Manejo nas páginas 110 no volume III.

8. METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS

Será contratada empresa especializada com o objetivo de realizar levantamentos detalhados das condições das diversas trilhas do PNMT, incluindo aquelas destinadas para fins de fiscalização, de pesquisa, e de recepção de visitantes em geral, onde deverão ser incluídas diversas informações das trilhas relativas ao mapeamento geográfico, mapeamento de riscos, condições de conservação ambiental, indicações de uso e periodicidade de utilização com vista nas melhores práticas para conservação e preservação dos recursos naturais nas proximidades das trilhas, e plano de recuperação, conservação, utilização e sinalização das trilhas, sempre tendo em vista os usos e destinações orientados no Plano de Manejo da Unidade de Conservação, principalmente aquelas contidas em seu Encarte 4, Anexo 4-5. Para isto deverão ser realizadas visitas técnicas a cada uma das trilhas descritas no plano de manejo da unidade de conservação, por equipe multidisciplinar capacitada, contendo no mínimo 01 (um) engenheiro agrônomo ou florestal e 01 (um) biólogo, para levantamento e elaboração de relatórios técnicos contendo dados descritivos e quantitativos suficientes para a futura contratação de serviços para realização das melhorias necessárias descritas neste trabalho para o enquadramento das trilhas nas condições ideais de uso por visitantes, pesquisadores e funcionários da UC.

9. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS CONTEMPLANDO META, OBJETO, AÇÕES, JUSTIFICATIVA, QUANTIDADE/ESPECIFICAÇÃO E VALOR.

ETAPA 1 - PRÉ DIAGNÓSTICO

Atividade 1.1. - Visitas técnicas ao Parque

Objetivo: Identificar as necessidades emergenciais no tocante a recuperação e utilização das trilhas para Projetos de Educação Ambiental, turismo, pesquisa e fiscalização.

Justificativa: Como o parque já está aberto à visitação é importante que sejam identificadas de forma urgente as principais ações necessárias para a segurança do público e para evitar impactos nas trilhas.

Atividade 1.2. - Reunião técnica para apresentação e discussão das medidas emergenciais.

Objetivo: Realizar reunião técnica com os membros da Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba e do Conselho Gestor do PNMT para apresentação das ações e medidas estruturais emergenciais para o uso preliminar das trilhas, assim como o 1º Relatório Parcial.

Justificativa: O levantamento inicial das condições das trilhas do PNMT tem como objetivo trazer até a administração e aos membros do Conselho da UC, a real situação atual de cada um dos percursos, definindo de uma forma participativa os melhores usos a serem atribuídas a cada trilha, tendo em vista suas aptidões naturais e as diretrizes estabelecidas no Plano de Manejo da UC.

PRODUTO 01: 1º relatório parcial contendo dados técnicos encontrados nas visitas a campo e plano inicial de sugestões de medidas reparadoras ou mitigadoras de segurança necessárias a utilização das trilhas;

Ações: a) Ao menos uma visita de cada membro da equipe técnica a cada uma das trilhas já mapeadas no plano de manejo da UC;
b) Apresentação de relatório para equipe técnica de membros da PMP e do Conselho Gestor do PNMT, visando o esclarecimento de dúvidas e o recebimento de críticas e sugestões destes para a elaboração participativa do Relatório final do Plano de Recuperação e Utilização de Trilhas do PNMT.

Especificação: Segundo especificação contida no Plano de Manejo da UC em seu Encarte 4, Anexo 4-5.

Valor: R\$ 15.000,00

ETAPA 2 - DIAGNÓSTICO

Atividade 2.1 - Mapear e avaliar a situação atual das trilhas.

Objetivo: Verificar as condições atuais de conservação e preservação de cada uma das trilhas mapeadas no plano de manejo da UC, assim como a identificação e mapeamento de outras trilhas que façam interseção com aquelas já mapeadas devendo ser pontuado e mapeado por trechos as situações atuais. Serão avaliados o estado de conservação (situação do piso (solo, pedregulho, etc), das estruturas (pontes, escadas, apoios, etc), largura da trilha, tipo de vegetação, inclinação (declividade e aclividade), estado da sinalização (presença; ausência e qualidade), nível de dificuldade (alto, médio e baixo) e demais informações pertinentes para o levantamento minucioso das condições de uso e de manutenção dos percursos levantados, pormenorizando as principais situações de degradação ambiental e riscos para utilização encontrados tanto nas trilhas já mapeadas no Plano de Manejo como daquelas que sejam identificadas ao longo deste trabalho.

Justificativa: As informações do Plano de Manejo sobre as trilhas estão desatualizadas, sendo apresentadas em mapa com escala incompatível com o nível de detalhamento necessário para seu planejamento. As trilhas serão mapeadas na escala 1: 5.000 possibilitando um detalhamento da situação atual. Muitas das trilhas existentes no Parque não podem ser utilizadas por não apresentarem condições de manutenção para seu uso.

Atividade 2.2 - Realizar mapeamento de risco para avaliação do nível de segurança das trilhas.

Objetivo: Identificar os riscos e elaborar o mapa de risco das trilhas.

Justificativa: Como a trilha será utilizada por crianças e público em geral, será realizado o mapa de risco, indicando os locais, o tipo e o nível de risco, como por exemplo a presença de animais peçonhentos, risco de quedas, obstáculos, etc).

Este mapa é fundamental para o planejamento do uso e adequação das características de cada trilha ao tipo de público e de utilização. Também será fundamental para a adoção de medidas preventivas e dotação de infraestrutura para segurança.

Atividade 2.3 - Mapeamento das trilhas principais já existentes que não estão mapeadas.

Objetivo: Identificar as trilhas que não são mencionadas no Plano de Manejo e realizar estudo das mesmas.

Justificativa: O plano de manejo não lista todas as trilhas do Parque. O mapeamento destas trilhas é fundamental para a vigilância e segurança do parque. Adicionalmente o conhecimento de novas trilhas pode ser incentivado para esportes de aventura (trechos permitidos no plano de manejo).

PRODUTO 02 – Diagnóstico: Entrega de Relatórios Parciais com o mapeamento da situação atual das trilhas, inserção em planta daquelas já existentes, porém não mapeadas no Plano de Manejo e avaliação quanto à segurança das mesmas.

Especificações: Conforme Plano de Manejo do Parque natural Municipal do Trabijú - Encarte 4, Anexo 4-5;

Valor: R\$ 15.000,00

ETAPA 3 - PLANO DE RECUPERAÇÃO E UTILIZAÇÃO DAS TRILHAS

Atividade 3.1. - Seleção das trilhas conforme sua adequação de uso.

Objetivo: As trilhas (ou trechos destas) serão classificadas conforme sua adequação para projetos de educação ambiental, turismo, pesquisa e vigilância.

Justificativa: Esta medida servirá para economia de recursos e segurança de uso, pois evita que uma trilha seja utilizada de forma inadequada.

Atividade 3.2. Plano de recuperação das trilhas.

Objetivo: Elaborar um plano de recuperação com medidas mitigadoras, indicação da infraestrutura e medidas de segurança necessárias para utilização.

Justificativa: O plano de recuperação é o principal produto para recomendar as ações específicas de recuperação da UC. Conterá os mapas indicando os pontos a serem recuperados, registros fotográficos comprobatórios e as principais ações para cada tipo de problema diagnosticado.

Atividade 3.3. Planejamento da Sinalização das trilhas.

Objetivo: Elaborar plano de sinalização informativa (características principais da trilha, tipo de uso, comprimento da trilha, tempo de percurso, atrativos, etc), de segurança (grau de dificuldade, equipamentos necessários), direção (Indicadoras do percurso da trilha, obstáculos), interpretação (principais atrativos).

Justificativa: Esta medida servirá para adequar as normas de visitação vigentes, possibilitando uma melhor utilização para os visitantes, pesquisadores e seguranças na UC, seguindo as sinalizações que serão distribuídas ao longo das trilhas.

Atividade 3.4 Elaboração das regras de utilização das trilhas.

Objetivo: Elaborar um documento contendo as regras de utilização das trilhas contendo o tipo de uso, condições de uso (tamanho dos grupos, autoguiada ou não, equipamentos necessários), comportamento (silêncio, proibição da retirada de material biológico, condicionamento do lixo, proibição da invasão de áreas além da trilha), atenção quanto à sinalização e presença de equipamentos de pesquisa.

Justificativa: Este documento será elaborado contendo regras específicas, para a utilização sendo divulgada previamente a visitação na UC. A definição de regras claras é fundamental para o uso consciente das trilhas adequando o comportamento dos visitantes, para sua segurança e para que o impacto seja o menor possível de acordo com as condições de uso do UC.

PRODUTO 03 – Planos de recuperação e de utilização: Entrega de Relatórios Parciais com a seleção das trilhas conforme o tipo de uso, Plano de Recuperação, Planejamento de Sinalização e Elaboração de Regras para utilização das trilhas.

Especificações: Conforme Plano de Manejo do Parque natural Municipal do Trabijú - Encarte 4, Anexo 4-5;

Valor: R\$ 19.779,06

ETAPA 4 - CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS E ENTREGA DO RELATÓRIO FINAL

Atividade 4.1. - Reunião técnica para apresentação das informações coletadas e geradas pelo estudo

Objetivo: Realizar reunião técnica com os membros da Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba e do Conselho Gestor do PNMT para apresentação das ações realizadas durante todo o trabalho em campo e dos planos elaborados (ETAPAS 1,2 e 3).

Justificativa: Ajustar possíveis informações de acordo com as exigências da Prefeitura e Conselho Gestor do Parque.

Atividade 4.2. - Produzir relatório final

Objetivo: Reunir as informações de campo e os estudos dos técnicos realizados pela empresa para finalizar o relatório final.

Justificativa: as informações contidas neste relatório permitirá a administração do Parque fazer as manutenções necessárias para que as trilhas possam ser utilizadas com a finalidade de educação ambiental, turismo e fiscalização, Adquirir conhecimento da existência e das condições das trilhas do PNMT e das ações necessárias para a liberação de cada uma delas para a utilização a qual foi destinada em seu plano de manejo, fornecendo embasamento técnico para futura contratação de empresa especializada na realização destas benfeitorias necessárias para a liberação de uso das trilhas da UC.

PRODUTO 04: Relatório final do Plano de Recuperação e Utilização de Trilhas do Parque Natural Municipal do Trabijú e mapeamento completo das trilhas impresso em duas vias e em arquivo digital editável com as devidas correções e alterações acordadas durante a apresentação técnica realizada aos representantes da Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba e Conselho Gestor do PNMT, acompanhados de todos os arquivos (fotografias, levantamentos, mapas) utilizados na elaboração, produzidos em decorrência e/ou necessários para a melhor compreensão do Plano apresentado pela contratada, e ART ou similar recolhida de todos os técnicos envolvidos no desenvolvimento dos trabalhos de elaboração do Plano.

Valor : R\$ 10.000,00

10. Definição do papel de cada um dos participantes com as obrigações correspondentes

Empresa contratada – Caberá a empresa contratada a contratação de profissionais capacitados para o levantamento de dados, à elaboração dos relatórios técnicos referentes ao serviço contratado, e à apresentação técnica destas informações aos representantes da PMP e do Conselho do PNMT, assim como o pagamento de todos os encargos trabalhistas decorrentes destas contratações e dos serviços prestados por estes. Caberá ainda a empresa a disponibilização de todos os equipamentos necessários para a realização dos levantamentos contratados, assim como de despesas relativas a meios de transporte, estadia e alimentação de seus profissionais.

Município de Pindamonhangaba – Caberá ao Município de Pindamonhangaba a disponibilização de profissionais para guiar e acompanhar as equipes da empresa contratada pelas trilhas do PNMT quando esta solicitar previamente, assim como designar técnicos para comparecer como representantes da PMP nas apresentações dos relatórios parciais do Plano a serem realizadas pela empresa contratada. Caberá ainda ao Município de Pindamonhangaba disponibilizar local para a realização das apresentações que deverão ser solicitadas pela contratada para agendamento com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Conselho Gestor do Parque Natural Municipal do Trabijú – Caberá ao Conselho do PNMT

informar e convocar os seus membros para a participação nas apresentações a serem realizadas pela contratada a fim de serem conhecedores das propostas apresentadas e terem oportunidade de apresentarem críticas ou sugestões ao projeto apresentado.

11. Resumo metas/atividades e custos		
ETAPA	ATIVIDADE	CUSTO
ETAPA 1 - PRÉ DIAGNÓSTICO	Atividade 1.1. - Visitas técnicas ao Parque Atividade 1.2. - Reunião técnica para apresentação e discussão das medidas emergenciais.	R\$15000,00
ETAPA 2 - DIAGNÓSTICO	Atividade 2.1 - Mapear e avaliar a situação atual das trilhas. Atividade 2.2 - Realizar mapeamento de risco para avaliação do nível de segurança das trilhas. Atividade 2.3 - Mapeamento das trilhas principais já existentes que não estão mapeadas.	R\$15.000,00
ETAPA 3 - PLANO DE RECUPERAÇÃO E UTILIZAÇÃO DAS TRILHAS	Atividade 3.1. - Seleção das trilhas conforme sua adequação de uso. Atividade 3.2. Plano de recuperação das trilhas. Atividade 3.3. Planejamento da Sinalização das trilhas. Atividade 3.4. Elaboração das regras de utilização das trilhas.	R\$19.779,06
ETAPA 4 - CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS E ENTREGA DO RELATÓRIO FINAL	Atividade 4.1. - Reunião técnica para apresentação das informações coletadas e geradas pelo estudo Atividade 4.2. - Produzir relatório final	R\$10.000,00
TOTAL		R\$59.779,06

12. Efeitos positivos esperados para a UC

- Mapeamento das trilhas da UC para planejamento de utilização;
- Mapeamento de degradação e riscos de uso das trilhas da UC;
- Elaboração de Plano de recuperação das trilhas da UC;
- Elaboração de Plano de Sinalização das trilhas da UC;
- Elaboração de regras de utilização das trilhas da UC;
- Classificação de uso das trilhas da UC.

13. Produtos e Materiais a serem disponibilizados pela Instituição gestora da UC para realização da ATIVIDADE

- Plano de Manejo da UC;
- Equipe de apoio para realização das trilhas;
- Auditório para a realização das apresentações.

14. Indicadores para avaliação dos resultados

- Entrega e aprovação conforme Plano de trabalho do 1º relatório parcial do Plano de Recuperação e Utilização de Trilhas do PNMT;
- Entrega e aprovação conforme Plano de trabalho do 2º relatório parcial do Plano de Recuperação e Utilização de Trilhas do PNMT;
- Entrega e aprovação conforme Plano de trabalho do relatório final do Plano de Recuperação e Utilização de Trilhas do PNMT, juntamente com ART's e arquivos dos referentes aos trabalhos realizados.

15. Cronograma Físico Financeiro

Atividades	Mês		
	1	2	3
1. Elaboração e apresentação do 1º relatório parcial do Plano de Recuperação e Utilização de Trilhas do PNMT	R\$15.000,00		
2. Elaboração e apresentação do 2º relatório parcial do Plano de Recuperação e Utilização de Trilhas do PNMT		R\$15.000,00	
3. Elaboração e entrega do relatório final do Plano de Recuperação e Utilização de Trilhas do PNMT		R\$ 10.000,00	R\$ 9.779,06
4. Consolidação dos dados e entrega do relatório final			R\$ 10.000,00
Total por período	R\$15.000,00	R\$25.000,00	R\$19.779,06
TOTAL GERAL		R\$59.779,06	

16. Anexos

Proposta da empresa Natural Engenharia (selecionada pelo Conselho Gestor do Parque em reunião dia 21/01/16)

17. Deliberação da Câmara de Compensação Ambiental: ____ * Reunião de __/__/__

Plano de Trabalho Sistema de Fiscalização e Monitoramento por Câmeras Parque Natural Municipal do Trabiú

Empreendedor:

Empreendimento:

Processo Licenciamento: SMA nº

1. APRESENTAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	
Nome da UC: Parque Natural Municipal do Trabiú	Área total (ha): 603,9
Instrumento legal de criação: Lei Municipal nº4900/2009	
Unidade do SIEFLOR contígua: Parque Estadual de Campos do Jordão, Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão	Área total (ha): PECJ – 8341,00 PEMCJ – 502,96
Instituição Gestora e Diretoria a qual a UC está subordinada: Município de Pindamonhangaba / SP Secretaria de Governo e Integração Departamento de Meio Ambiente	Instituição parceira (se houver): Instituto Florestal; Universidade de Taubaté; Faculdade de Pindamonhangaba; Fundação Fórmula Cultural; ONG Guardiões da Natureza; Empresa Novelis; Mineradora Tubarão; APEP – Associação dos Produtores Ecológicos de Pindamonhangaba.
Localização (municípios abrangidos): Pindamonhangaba - SP	
Ecosistemas protegidos: Mata Atlântica - Floresta Ombrófila Densa Montana	
Área com vegetação nativa (ha): 589,22	Área com vegetação exótica (ha): --
Nº estimado de moradores (não funcionários) no interior da UC: 0	Nº estimado de edificações dos moradores (não funcionários) da UC: 0
Situação do Plano de Manejo:	<p>Data Aprovação no Conselho Gestor do PNMT 07 de julho de 2014.</p> <p>Situação de Implantação do PM</p> <ul style="list-style-type: none"> - Plano de Manejo concluído em setembro/2013; - Plano de Manejo em fase de implantação; - Retirada dos antigos moradores concluída; - Conselho consultivo vigente e atuante; - Realização de reformas prediais para uso de equipes de proteção e fiscalização, e recepção de visitantes e pesquisadores; <p>Restam a realização de necessidades referentes a demarcação do</p>

	perímetro do parque e de suas trilhas de fiscalização, realização de ações e aquisição de equipamentos de segurança, e aporte na estrutura para pesquisa e visitação.	
Situação fundiária da UC: Propriedade do Município de Pindamonhangaba, Resta realizar processo de Regularização fundiária.		
Situação da Gestão da UC	Fiscalização: O PNMT possui 03 guardas ambientais contratados pelo Município de Pindamonhangaba em atividade no PNMT, que realizam rondas periódicas pelas trilhas da reserva, acionando a Polícia Ambiental em caso de verificação de ocorrências.	
	Proteção: realizada pelos guardas ambientais do Parque e através de parcerias com Defesa Civil e Policiamento Ambiental.	
	Uso Público: Desde o mês de setembro/2015 o PNMT recebe visitas monitoradas de grupos de estudantes, e de visitantes em geral, tendo recebido entre os meses de setembro e dezembro/2015 um total de 1199 pessoas, além de duas solicitações para o desenvolvimento de pesquisas no período.	
Situação de outras destinações de compensação ambiental da UC: Não houve.		
Serviços oferecidos pela UC: Conforme determinado no Plano de Manejo da UC, o Parque do Trabijú destina-se atualmente para o uso com foco em educação ambiental, turismo recreativo e pesquisa, sendo atualmente desenvolvida através da realização de visitas agendadas e monitoradas com grupos de escolas, escoteiros, e visitantes em geral, e através da liberação do desenvolvimento de pesquisas, através de parceria com estudiosos ligados a faculdades e universidades.		
Nº estimado de visitantes controlados/monitorados (ano): 6000	Nº estimado de visitantes não controlados/monitorados (ano): 0	Nº estimado total de visitantes (ano): 6000
Nº de funcionários da UC (por nível de escolaridade): 02 funcionários de nível fundamental; 03 funcionários de nível médio; 01 funcionário de nível superior.		Nº de veículos da UC (por modelo e ano): 0
Valor anual médio da dotação do tesouro do Estado para custeio das atividades da UC: R\$192.000,00		Outras fontes orçamentárias (se houver, valor total, período de vigência/atividade/status): R\$ 800.000,00 – Destinados ao PNMT pela Empresa Novelis e Evoluir, para a reforma dos banheiros e ocas para recepção de visitantes e criação da Exposição 5 elementos. Parceria vigente de março/2015 a setembro/2015 (concluído).
Outras fontes de recursos na UC: Não há.		

2. BREVE HISTÓRICO DA UC

O Parque Natural Municipal do Trabijú recebe o nome do riacho que, nascido da Serra da Mantiqueira, possibilitou a instalação do primeiro serviço de abastecimento de água encanada no Município de Pindamonhangaba. De origem tupi-guarani, o termo "trabijú" significa "água que brota do monte", ou "monte que verte água".

O parque tem sua área situada na região de uma antiga fazenda adquirida pela administração do município, em 1899. Com o nome de Fazenda da Represa, esse terreno é percorrido pelo riacho Trabijú. Foi de sua captação que, em 1900, teve início o fornecimento de água da serra para a cidade.

Em 1979, foi criada, na área da Fazenda da Represa, a Reserva Florestal do Trabijú, proibindo o desmatamento e retirada de espécimes de sua fauna e flora. Em 1985, ela se tornou uma Reserva Ecológica.

Em 2001, a área foi declarada Parque Municipal, sendo intocável seu patrimônio ambiental: fauna, flora e demais elementos naturais.

Em 2009, com o advento do SNUC o parque foi adaptado à condição de Unidade de Conservação, ganhando seu nome atual, Parque Natural Municipal do Trabijú.

3. DADOS DOS GESTORES DA UC

Nome do responsável legal pela UC: José Maria Rodrigues				Cargo e Instituição Contratante: Gerente do Parque Natural Municipal do Trabijú – Município de Pindamonhangaba	
Endereço (logradouro, número e complemento): Rua Forno de Taro, nº250				CEP: 12415-130	Município: Pindamonhangaba
DDD: 12	Celular: 99725-4295	DDD: 12	Fixo: 3645-1494	E-mail: trabiju@pindamonhangaba.sp.gov.br	
Responsáveis pela elaboração do Plano de Trabalho: Maria Eduarda San Martin Rafael Ribeiro Cavalcante de Souza				Cargo: Assessora em Meio Ambiente Encarregado de Setor	
Endereço (logradouro, número e complemento): Rua Noel César Pires, S/N				CEP: 12411-719	Município: Pindamonhangaba
DDD: 12	Telefone(s): 3645-1494	DDD:	Fax:	E-mail: meioambiente@pindamonhangaba.sp.gov.br	

4. Valor previsto e prazo para utilização do recurso

Valor total: R\$ 498.858,40	Prazo: 90 dias
------------------------------------	-----------------------

5. SÍNTESE DOS ATRIBUTOS NATURAIS E CULTURAIS DE INTERESSE PARA CONSERVAÇÃO

O Parque Natural Municipal do Trabijú encontra-se em uma região da Serra da Mantiqueira, que apresenta extensos remanescentes florestais com alto grau de conectividade, variabilidade de ecossistemas e grande ocorrência de endemismos e de espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção. Neste sentido, o PNMT abriga uma relevante biodiversidade associada à Floresta Ombrófila Densa, incluindo grande variedade de fauna e flora, segundo seu Plano de Manejo a UC conta com pelo menos 15 espécies de mamíferos, dentre os quais estão presente o lobo-guará, o gato-maracajá, onça-parda e a paca, 173 de aves, distribuídas em 60 diferentes famílias, sendo 7 delas ameaçadas e 14 endêmicas da Mata Atlântica, e 278 espécies vegetais, estando entre estas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, além de abrigar diversas nascentes que dão origem aos principais cursos d'água afluentes da margem esquerda do rio Paraíba do Sul no município de Pindamonhangaba. O local abriga também importante sítio histórico-cultural constituído pelo antigo sistema de abastecimento municipal.

6. POTENCIAL OFERECIDO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS (CIENTÍFICAS E VOLTADAS AO MANEJO)

O Parque Natural Municipal do Trabijú possui levantamentos iniciais feitos em decorrência da elaboração do Plano de Manejo do mesmo, assim como de estudos acadêmicos já realizados no local por pesquisadores de diversas universidades, sendo a principal delas a Universidade de Taubaté. Possuindo informações gerais compiladas relativas a geologia, solo, fauna, flora e clima em seu Plano de Manejo.

7. JUSTIFICATIVAS PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA REMOTA NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO TRABIJU

A lei 9985/2000 (SNUC), segundo especificado em seu artigo 11, descreve como objetivo básico da categoria Parque Natural Municipal a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, desta forma, o presente projeto tem como objetivo a implantação de câmeras de monitoramento na Unidade de Conservação através de tecnológico remoto que transmitirá dados de imagens 24 horas por dia de pontos estratégicos da UC onde já foram constatados vestígios de trânsito de pessoas em atividade irregular, como palmiteiros, caçadores e pessoas ligadas a extração de madeiras, que entram em atividade principalmente em horários eventualmente sem fiscalização dentro da UC, como em horários noturnos, sendo estes atualmente os maiores fatores de pressão sobre o PNMT, conforme descrito em seu Plano de Manejo, Encarte 1 – página 2, Encarte 3 – páginas 70, 71 e 72. Desta forma o projeto tem por finalidade inibir ações predatórias no interior da UC, bem como fornecer informações para atuação efetiva dos agentes da Polícia Ambiental, de maneira a tornar possível a realização de flagrantes e apreensões na tentativa de retirada de materiais integrantes do patrimônio natural da UC. Assim como reduzir as alternativas de locais de atuação e trânsito dos infratores dentro do PNMT, a fim de dificultar e desestimular novas atuações futuras por parte destes.

A instalação das câmeras também servirá para monitoramento da fauna em locais estratégicos do Parque.

Além das câmeras de monitoramento também serão implantadas duas barreiras de sensores de movimento e postes de iluminação com led para servir de base para a instalação das câmeras.

Esta proposta pretende ainda atender o artigo 33º do Decreto 4.340/2002 que estabelece ordem de prioridade para aplicação dos recursos de compensação ambiental. em O item II - prevê que o recurso seja utilizado na implantação do Plano de Manejo. Vale ressaltar que a instalação de câmeras consta nas ações a serem realizadas descritas no Plano de Manejo nas páginas 72 no Encarte 4, volume III.

O item III prevê a aquisição de bens e serviços para a proteção e monitoramento da Unidade de Conservação.

8. METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS

Será contratada empresa especializada no **serviço de monitoria** por câmeras em áreas de conservação a fim de elaborar e implantar **sistema** monitoramento e transmissão de dados dentro da UC que deverá contemplar a cobertura de áreas críticas como acessos ao parque e as trilhas, áreas de convergência de fluxo, e locais onde há histórico de vestígios de infratores. O projeto deverá contemplar obrigatoriamente: projeto de alocação do conjunto de câmeras, fornecimento e instalação de sistemas de câmeras e demais itens necessários para o bom desempenho e conservação das mesmas. **Esse sistema não necessita de uma central de monitoramento em local específico, por se tratar de armazenamento de imagens em nuvem.** O acesso as imagens em tempo real e também as imagens arquivadas será por meio de um aplicativo que com login e senha qualquer pessoa poderá ter acesso através de computador, tablet ou celulares.

9. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS CONTEMPLANDO META, OBJETO, AÇÕES, JUSTIFICATIVA, QUANTIDADE/ESPECIFICAÇÃO E VALOR.

ETAPA 1 – ELABORAÇÃO DE PROJETO DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO

Objetivo: Identificar o local e planejar as disposições dos equipamentos integrantes de sistema de monitoramento a fim de obter: a) o melhor aproveitamento de cobertura visual das áreas de interesse de monitoramento, levando em consideração o histórico de atividades, vestígios de atividade e pontos críticos de monitoramento na Unidade de conservação; b) estudo dos melhores pontos para transmissão de dados da unidade com objetivo de evitar interrupções futuras nas transferências de imagens entre o PNMT e os dispositivos de acesso.

Justificativa: Apresentar estudo técnico elaborado por profissional responsável para embasamento e direcionamento das ações de instalação e regulação dos equipamentos de segurança integrantes do sistema adquirido, poderá ser utilizado em momento futuro oportuno para a manutenção, alteração ou complementação do sistema que se faça necessário.

Especificação: O projeto deverá contemplar necessariamente os seguintes itens: a) locação de câmeras e demais dispositivos a serem instalados; b) memorial descritivo do projeto; c) prazo para execução dos trabalhos; d) indicação dos pontos críticos de monitoramento e justificativa de escolha; e) dados técnicos e informações necessárias para ajustes e regulagens dos equipamentos utilizados; f) Garantia sobre todos os equipamentos e serviços fornecidos por período mínimo de 12 meses após a entrega do sistema em pleno funcionamento.

Produto: Plano de instalação dos equipamentos necessários para monitoramento, transmissão, e recepção dos dados.

Valor: R\$ 100.000,00

ETAPA 2 – EXECUÇÃO DO PROJETO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO

Atividade 2.1. - Implantação de infraestrutura básica

Objetivo: Instalação de posteamento, cabeamento, de antenas de transmissão.

Justificativa: Preparar a estrutura básica para receber os equipamentos de monitoria e instalar na próxima etapa sistema de transmissão dessas imagens para os dispositivos.

Valor R\$ 190,000,00

Atividade 2.1. - Implantação dos equipamentos de monitoramento

Objetivo: Instalação das câmeras de monitoramento

Justificativa: Instalação dos equipamentos de monitoramento com comprovada eficiência de uso e com proteção contra riscos naturais como chuva e umidade excessiva típica do local.

Valor: R\$ 190.000,00

ETAPA 3 – TREINAMENTO SOBRE USO DE EQUIPAMENTOS E TÉCNICAS DE MONITORAMENTO REMOTO

Objetivo: Treinar equipe de funcionários do Município de Pindamonhangaba na utilização do sistema de monitoramento remoto e em técnicas de procedimentos adotados nesta natureza de vigilância, visando às melhores práticas deste setor de atuação.

Justificativa: Preparar os funcionários da Prefeitura e demais Instituições interessadas (Polícia Ambiental) para acessar o sistema de monitoramento.

Valor: R\$ 18.858,40

10. Definição do papel de cada um dos participantes com as obrigações correspondentes

Empresa contratada: Elaborar e implantar projeto técnico do Sistema de monitoramento remoto no PNMT

Município de Pindamonhangaba: Fornecer apoio no fornecimento de histórico de ocorrências e plantas existentes do local para embasar o projeto elaborado; e Aprovação do Projeto apresentado.

11. Resumo metas/atividades e custos

Etapas	Atividades	Custo
ETAPA 1 - elaboração de projeto de instalação do sistema de monitoramento	Elaboração de plano de instalação dos equipamentos necessários para monitoramento, transmissão, e recepção dos dados.	R\$ 100.00,00
ETAPA 2 - execução do projeto de instalação do sistema de monitoramento	Atividade 2.1. - Implantação de infraestrutura básica Atividade 2.1. - Implantação dos equipamentos de monitoramento	R\$ 380.000,00
ETAPA 3 - Treinamento sobre uso de equipamentos e técnicas de monitoramento remoto	Capacitação referente aos equipamentos utilizados no projeto e suas formas de uso e calibrações necessárias, e métodos e formas de proceder às melhores práticas no setor de vigilância remota.	R\$ 18.858,40
TOTAL		R\$ 498.858,40

12. Efeitos positivos esperados para a UC

- Reduzir o número de ocorrências lesivas a fauna e flora no PNMT;
- Inibir ações humanas predatórias no interior da UC;
- Manter fiscalização mínima na UC nos horários noturnos e períodos eventualmente sem fiscalização;
- Fornecer informações para atuação efetiva dos agentes da Polícia Ambiental na UC;
- Reduzir as alternativas de locais de atuação e trânsito dos infratores dentro do PNMT;
- Dificultar e desestimular atuações futuras por parte de infratores.
- Monitorar a fauna existente

13. Produtos e Materiais a serem disponibilizados pela Instituição gestora da UC para realização da ATIVIDADE

- Plano de Manejo da UC;
- Histórico de ocorrências;
- Equipe de apoio para realização das trilhas;

14. Indicadores para avaliação dos resultados

- Entrega e aprovação do Projeto de Instalação do Sistema de Monitoramento Remoto conforme diretrizes estabelecidas neste Plano de Trabalho com devidas justificativas para alocação e posicionamento dos equipamentos;
- Implantação do Projeto de Instalação do Sistema de Monitoramento remoto conforme apresentado e aprovado.

15. Cronograma Físico Financeiro

ETAPAS	Atividades	Mês		
		1	2	3
ETAPA 1 – elaboração de projeto de instalação de sistema de monitoramento		R\$ 100.000,00		
ETAPA 2 – execução do projeto de instalação do sistema de monitoramento	Atividade 2.1. - Implantação de infraestrutura básica	R\$ 190.000,00		
	Atividade 2.1. - Implantação dos equipamentos de monitoramento		R\$ 190.000,00	
ETAPA 3 - Treinamento sobre uso de equipamentos e técnicas de monitoramento remoto				R\$ 18.858,40
Total por período		R\$290.000,00	R\$190.000,00	R\$ 18.858,40
TOTAL GERAL			R\$ 498.858,40	

16. Anexos

Proposta da empresa Visão Local (selecionada pelo Conselho Gestor do Parque em reunião dia 21/01/16)

17. Deliberação da Câmara de Compensação Ambiental: ____ª Reunião de ____/____/____

Plano de Trabalho Reforma de Infraestrutura Parque Natural Municipal do Trabijú

Empreendedor:

Empreendimento:

Processo Licenciamento: SMA nº

1. APRESENTAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO		
Nome da UC: Parque Natural Municipal do Trabijú	Área total (ha): 603,9	Instrumento legal de criação: Lei Municipal nº4900/2009
Unidade do SIEFLOR contígua: Parque Estadual de Campos do Jordão, Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão		Área total (ha): PECJ – 8341,00 PEMCJ – 502,96
Instituição Gestora e Diretoria a qual a UC está subordinada: Município de Pindamonhangaba / SP Secretaria de Governo e Integração Departamento de Meio Ambiente		Instituição parceira (se houver): Instituto Florestal; Universidade de Taubaté; Faculdade de Pindamonhangaba; Fundação Fórmula Cultural; ONG Guardiões da Natureza; Empresa Novelis; Mineradora Tubarão; APEP – Associação dos Produtores Ecológicos de Pindamonhangaba.
Localização (municípios abrangidos): Pindamonhangaba - SP		
Ecossistemas protegidos: Mata Atlântica - Floresta Ombrófila Densa Montana		
Área com vegetação nativa (ha): 589,22		Área com vegetação exótica (ha): --
Nº estimado de moradores (não funcionários) no interior da UC: 0		Nº estimado de edificações dos moradores (não funcionários) da UC: 0
Situação do Plano de Manejo:	Data Aprovação no Conselho Gestor do PNMT 07 de julho de 2014.	
	Situação de Implantação do PM - Plano de Manejo concluído em setembro/2013; - Plano de Manejo em fase de implantação; - Retirada dos antigos moradores concluída; - Conselho consultivo vigente e atuante; - Realização de reformas prediais para uso de equipes de proteção e fiscalização, e recepção de visitantes e pesquisadores; Restam a realização de necessidades referentes a demarcação do perímetro do parque e de suas trilhas de fiscalização, realização de ações e aquisição de equipamentos de segurança, e aporte na estrutura para	

	pesquisa e visitação.	
Situação fundiária da UC: Propriedade do Município de Pindamonhangaba. Resta realizar processo de Regularização fundiária.		
Situação da Gestão da UC	Fiscalização: O PNMT possui 03 guardas ambientais contratados pelo Município de Pindamonhangaba em atividade no PNMT, que realizam rondas periódicas pelas trilhas da reserva, acionando a Polícia Ambiental em caso de verificação de ocorrências. O PNMT em seu histórico de ocorrências identifica como principais fontes de pressão sobre a UC atos relacionados à caça, à incidência de espécies da fauna e flora domésticas e exóticas, a extração de madeira e de palmito juçara, sendo este último o que mais chama atenção dada a grande quantidade de exemplares extraídos.	
	Proteção: realizada pelos guardas ambientais do Parque e através de parcerias com Defesa Civil e Policiamento Ambiental.	
	Uso Público: Desde o mês de setembro/2015 o PNMT recebe visitas monitoradas de grupos de estudantes, e de visitantes em geral, tendo recebido entre os meses de setembro e dezembro/2015 um total de 1199 pessoas, além de duas solicitações para o desenvolvimento de pesquisas no período.	
Situação de outras destinações de compensação ambiental da UC: Não houve.		
Serviços oferecidos pela UC: Conforme determinado no Plano de Manejo da UC, o Parque do Trabijú destina-se atualmente para o uso com foco em educação ambiental, turismo recreativo e pesquisa, sendo atualmente desenvolvida através da realização de visitas agendadas e monitoradas com grupos de escolas, escoteiros, e visitantes em geral, e através da liberação do desenvolvimento de pesquisas, através de parceria com estudiosos ligados a faculdades e universidades.		
Nº estimado de visitantes controlados/monitorados (ano): 6000	Nº estimado de visitantes não controlados/monitorados (ano): 0	Nº estimado total de visitantes (ano): 6000
Nº de funcionários da UC (por nível de escolaridade): 02 funcionários de nível fundamental; 03 funcionários de nível médio; 01 funcionário de nível superior.		Nº de veículos da UC (por modelo e ano): 0
Valor anual médio da dotação do tesouro do Estado para custeio das atividades da UC: R\$192.000,00		Outras fontes orçamentárias (se houver, valor total, período de vigência/atividade/status): R\$ 800.000,00 – Destinados ao PNMT pela Empresa Novelis e Evoluir, para a reforma dos banheiros e ocas para recepção de visitantes e criação da Exposição 5 elementos. Parceria vigente de março/2015 a setembro/2015 (concluído).
Outras fontes de recursos na UC: Não há.		

2. BREVE HISTÓRICO DA UC

O Parque Natural Municipal do Trabijú recebe o nome do riacho que, nascido da Serra da Mantiqueira, possibilitou a instalação do primeiro serviço de abastecimento de água encanada no Município de Pindamonhangaba. De origem tupi-guarani, o termo "trabijú" significa "água que brota do monte", ou "monte que verte água".

O parque tem sua área situada na região de uma antiga fazenda adquirida pela administração do município, em 1899. Com o nome de Fazenda da Represa, esse terreno é percorrido pelo riacho Trabijú. Foi de sua captação que, em 1900, teve início o fornecimento de água da serra para a cidade.

Em 1979, foi criada, na área da Fazenda da Represa, a Reserva Florestal do Trabijú, proibindo o desmatamento e retirada de espécimes de sua fauna e flora. Em 1985, ela se tornou uma Reserva Ecológica.

Em 2001, a área foi declarada Parque Municipal, sendo intocável seu patrimônio ambiental: fauna, flora e demais elementos naturais.

Em 2009, com o advento do SNUC o parque foi adaptado à condição de Unidade de Conservação, ganhando seu nome atual, Parque Natural Municipal do Trabijú.

3. DADOS DOS GESTORES DA UC

Nome do responsável legal pela UC: José Maria Rodrigues				Cargo e Instituição Contratante: Gerente do Parque Natural Municipal do Trabijú – Município de Pindamonhangaba	
Endereço (logradouro, número e complemento): Rua Fornovo de Taro, nº250				CEP: 12415-130	Município: Pindamonhangaba
DDD: 12	Celular: 99725-4295	DDD: 12	Fixo: 3645-1494	E-mail: trabiju@pindamonhangaba.sp.gov.br	
Responsáveis pela elaboração do Plano de Trabalho: Maria Eduarda San Martin Rafael Ribeiro Cavalcante de Souza				Cargo: Assessora em Meio Ambiente Encarregado de Setor	
Endereço (logradouro, número e complemento): Rua Noel César Pires, S/N				CEP: 12411-719	Município: Pindamonhangaba
DDD: 12	Telefone(s): 3645-1494	DDD:	Fax:	E-mail: meioambiente@pindamonhangaba.sp.gov.br	

4. Valor previsto e prazo para utilização do recurso

Valor total: R\$ R\$ 610.691,70	Prazo: 180 dias
---	---------------------------

Por todo este exposto se faz necessária a contratação de empresa especializada de construção civil para as seguintes obras:

1. Reforma da Guarita
2. Reforma da casa do antigo morador para transformá-la em alojamento para os pesquisadores contendo: dormitório, cozinha, banheiro adaptado para deficientes, sala de reuniões e recepção
3. Construção de sala de pesquisa/visitação que servirá para propiciar aos pesquisadores um ambiente adequado para seus estudos.

Esta proposta pretende ainda atender o artigo 33º do Decreto 4.340/2002 que estabelece ordem de prioridade para aplicação dos recursos de compensação ambiental. Sendo que o item II prevê que o recurso seja utilizado na implantação do Plano de Manejo. Vale ressaltar que a implantação de infraestrutura e melhoria da infraestrutura já existente consta nas ações a serem realizadas descritas no Plano de Manejo conforme descrito a seguir:

- Alojamento de pesquisadores e sala de pesquisa - página 57, encarte 4, volume III.
- Reforma de infraestrutura para atender as demandas da UC em relação a visitação pública - página 83 e 84, encarte 4, volume III
- Centro de visitantes - página 109, encarte 4, volume III

8. METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS

Será contratada empresa de construção civil para reforma e implantação da infraestrutura necessária ao funcionamento da unidade de conservação de proteção integral: reforma de guarita na entrada do Parque, reforma da casa do antigo morador e transformá-la em um alojamento de pesquisadores construção da sala de pesquisa/visitantes. As obras deverão ser realizadas considerando a inserção de conceitos de uso racional/renovável de energia e materiais, conforto ambiental e arquitetura bioclimática. A execução da reforma deverá respeitar as legislações vigentes, as características do terreno e a minimização dos impactos ambientais; deve ser apto a exercer as atividades perante o CREA e apresentar ART de todos os serviços.

9. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS CONTEMPLANDO META, OBJETO, AÇÕES, JUSTIFICATIVA, QUANTIDADE/ESPECIFICAÇÃO E VALOR.

Etapa 1 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS

Objetivo: elaborar projetos para a reforma da guarita e da casa e de construção da sala de pesquisa/visitantes de acordo com as necessidades do Parque e dos usos comuns para os quais servirão esses locais.

Justificativa: Para a execução das obras é necessário que a empresa contratada receba os projetos da Prefeitura.

Valor: Essa etapa não terá custo para o município pois serão elaborados projetos pelos técnicos da Prefeitura.

ETAPA 2 - REFORMA DA GUARITA

Objetivo: reforma da guarita localizada na entrada do Parque para proporcionar melhorias nas condições de trabalho a equipe do PNMT, no controle de acesso de visitantes e na infraestrutura do PNMT oferecendo segurança e bons serviços.

A reforma completa da guarita contemplará:

- a) Retirada das telhas e madeiramento do telhado
- b) Demolição: será feita em uma parte da parede para dar acesso ao novo banheiro que será construído
- c) Alvenaria: construídas novas paredes para o banheiro
- d) Laje: reforço da estrutura e construção da laje
- e) Esquadrias: colocação de porta interna para o banheiro, porta externa e janelas
- f) Instalações Hidráulicas: construção da rede de água e esgoto, colocação de torneiras e registros necessários,
- g) Instalações Elétricas: Refazer a rede elétrica da guarita
- h) Rede telefônica e internet: prever instalações para telefone e internet
- i) Pintura: pintura nas paredes, esquadrias

Justificativa: A guarita está em precárias condições, não há banheiros para uso dos guardas ambientais no local, sendo que o banheiro que é utilizado hoje fica a 1 km da guarita. A estrutura de telhado está ruim permitindo que a chuva adentre a construção atual. Não há janela de tamanho adequado que permita os guardas visualizar a porteira da Unidade de Conservação e assim verificar quem está chegando. As instalações elétricas não são boas e oferecem riscos a quem estiver dentro da guarita.

Valor: R\$ 21.947,70

ETAPA 3 - REFORMA DA CASA PARA ALOJAMENTO DE PESQUISADORES

Objetivo: reforma da antiga casa do morador localizada na zona de uso intensivo do Parque.

A reforma completa da casa contemplará:

- a) Retirar telhado: o telhado atual possui uma estrutura antiga e é apoiado nas paredes centrais da casa, com a reforma é necessária sua retirada
- b) Demolição: serão demolidas as paredes necessárias conforme projeto
- c) Elevar o pé direito a 2,80 m: o pé direito atual tem cerca de 2,50
- d) Alvenaria: construídas novas paredes na casa conforme projeto
- e) Laje: reforço da estrutura e construção da laje
- f) Construção do novo telhado
- g) Esquadrias: colocação de portas internas, externas e janelas com tela mosquiteira
- h) Instalações Hidráulicas: refazer a rede de água e esgoto
- i) Reuso da água da chuva: projeto e execução do sistema de reuso da água da chuva
- j) Instalações Elétricas: Refazer a rede elétrica da casa
- k) Rede telefônica e internet: prever instalações para telefone e internet
- l) Piso
- m) Banheiros: azulejo até o teto, instalação de louças, adaptação a portador de necessidade especial
- n) Cozinha: azulejo até 2 m, instalação de pia, proteção externa para gás
- o) Construção de novo telhado: instalação de madeiramento, calhas e telha romana
- p) Calçada externa no contorno da casa
- q) Pintura: pintura nas paredes, esquadrias
- r) Mobiliário: fornecimento de móveis para uso do alojamento (camas, mesas, cadeiras, fogão, geladeira e utensílios domésticos)

Justificativa: A casa em questão foi reintegrada a posse da municipalidade no ano de 2015 e é uma casa antiga que data mais de 50 anos atrás sendo necessário a reforma completa devido as condições precárias em que se encontra.

Valor: R\$ 265.101,50

ETAPA 4 - CONSTRUÇÃO DA SALA DE PESQUISA/VISITANTES

Objetivo: Construção de uma sala de pesquisa para uso dos pesquisadores que venham ao Parque do Trabiçu desenvolverem estudos relativos a flora e fauna da Unidade de Conservação e seu entorno. A sala poderá servir também como sala de visitantes, podendo assim receber alunos ou outras pessoas para apresentações, cursos e reuniões.

A construção da sala de pesquisa/visitantes contemplará:

- a) Fundação
- b) Alvenaria: construídas novas paredes na casa conforme projeto
- c) Laje: reforço da estrutura e construção da laje
- d) Construção do telhado
- e) Esquadrias: colocação de portas internas, externas e janelas com tela mosquiteira
- f) Instalações Hidráulicas: água e esgoto
- g) Reuso da água da chuva: projeto e execução do sistema de reuso da água da chuva
- h) Instalações Elétrica
- i) Piso
- j) Revestimento
- k) Esquadrias: colocação de portas internas, externas e janelas com tela mosquiteira
- l) Rede telefônica e internet: prever instalações para telefone e internet
- m) Banheiros: azulejo até o teto, instalação de louças
- n) Pintura: pintura nas paredes, esquadrias
- o) Mobiliário: fornecimento de móveis para uso da sala (móveis, data show, etc)

Justificativa: O Parque tem recebido muitos pedidos para visitantes interessados em conhecer a UC e também de pesquisadores interessados em desenvolver estudos no local. Não existe um espaço amplo o suficiente e com equipamentos tecnológicos que nos permitam receber essas pessoas e assim realizar maiores estudos sobre a rica biodiversidade do Parque e também a proteção deste ecossistema.

Valor: R\$ 323.642,50

10. Definição do papel de cada um dos participantes com as obrigações correspondentes

Empresa contratada:

- a) Executar fielmente os serviços conforme projetos fornecidos pela Prefeitura,
- b) Todas as informações referentes ao andamento das obras deverão constar do diário de obras;
- c) Apresentar no início das obras a ART (anotação de responsabilidade técnica) dos profissionais envolvidos;
- d) Por se tratar de obras em unidade de conservação, dar especial atenção ao transporte, armazenamento e destinação final adequada dos resíduos ;
- e) Confeccionada placa de obras
- f) Todos os serviços, bem como informações contidas nos projetos, deverão ser executados rigorosamente em consonância com as normas da ABNT e demais legislações pertinentes.
- g) Realizar o serviço objeto deste plano dentro da boa técnica e em conformidade legal e fornecer sempre que solicitado informações e documentos necessários ao desenvolvimento do serviço;

h) Encaminhar a Prefeitura Relatório Fotográfico ao final da obra, ilustrando as etapas da construção e conclusão do serviço, apresentando 2 (duas) cópias impressas e 2 (dois) CDs gravados.

g) Exigir que todos os seus funcionários respeitem as normas quanto a proibição de caça e de extração de vegetação dentro da Unidade de Conservação;

Município de Pindamonhangaba: Fornecer projetos arquitetônicos, supervisionar e acompanhar o desempenho das obras e suas etapas, assim como convocar a qualquer momento o executor para prestar esclarecimentos ou sanar dúvidas; atestar os serviços efetivamente executados

11. Resumo metas/atividades e custos

Meta	Atividades	Custo
Etapa 1 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	Estudo e elaboração dos projetos para atender as demandas de infraestrutura do Parque	-----
ETAPA 2 - REFORMA DA GUARITA	Reforma do local para instalação de banheiro e melhorar as condições de trabalho dos funcionários	R\$ 21.947,70
ETAPA 3 - REFORMA DA CASA PARA ALOJAMENTO DE PESQUISADORES	Reforma completa da casa do antigo moradores, demolição de paredes, construção de novo telhado, instalação de banheiros, revestimentos, pintura e projetos hidráulico e elétrico	R\$ 265.101,50
ETAPA 4 - CONSTRUÇÃO DA SALA DE PESQUISA/VISITANTES	Construção de sala de pesquisa/visitante para receber pessoas interessadas em desenvolver estudos no Parque. Contempla fundação, alvenaria, telhado, piso, revestimentos, banheiros, pintura	R\$ 323.642,50
TOTAL		R\$ 610.691,70

12. Efeitos positivos esperados para a UC

- Proporcionar pesquisas científicas e monitoramento ambiental;
- Desenvolvimento de atividades educativas e de lazer para a comunidade regional e para visitantes interessados em conhecer a flora e a fauna do Parque;
- Promover a valorização do Parque juntamente à população local,
- Melhoria nas condições de trabalho dos funcionários.

13. Produtos e Materiais a serem disponibilizados pela Instituição gestora da UC para realização da ATIVIDADE

- Plano de Manejo da UC;
- Projeto arquitetônico
- Equipe de apoio para orientação dos trabalhos;

14. Indicadores para avaliação dos resultados

- Entrega e aprovação do Projeto de Instalação do Sistema de Monitoramento Remoto conforme diretrizes estabelecidas neste Plano de Trabalho com devidas justificativas para alocação e posicionamento dos equipamentos;
- Implantação do Projeto de Instalação do Sistema de Monitoramento remoto conforme apresentado e aprovado.

15. Cronograma Físico Financeiro

* cronograma físico financeiro detalhado em anexo

16. Anexos

Proposta da empresa Sollus Engenharia que atende aos valores aprovados na reunião do Conselho Gestor do Parque. Inclui cronograma físico-financeiro.

17. Deliberação da Câmara de Compensação Ambiental: ____ª Reunião de __/__/__